

3

A educação por meio da vivência espacial: corpos (e mentes) dóceis na contemporaneidade.

“Os idiotas vão tomar conta do mundo. Não pela sua capacidade, mas pela quantidade. Eles são muitos.” Nelson Rodrigues.

Se utilizarmos as principais redes sociais da atualidade como termômetro e aglutinador de opinião pública, a epígrafe de Nelson Rodrigues parece ilustrar bem a atual conjuntura em que vivemos – instabilidade e confusão política, isso sendo bem sucintos, visto que não é esse o foco deste pesquisa. Mas, voltando à epígrafe, procurando saber um pouco mais sobre o termo “Idiota”, vemos que a palavra originada do grego *idhiótis* - “um cidadão privado, individual” - na antiga Atenas, era usada de forma depreciativa, referindo-se aos que se apartassem da vida pública.

Em sua obra, *A Política*, Aristóteles (2017, p. 14) afirma que “o homem é naturalmente um animal político”. Ou seja, todas as nossas escolhas e ações são políticas. Somos, todos, seres políticos. Ainda assim, há quem reduza a política à política eleitoral e sob alegação de não entender ou não se interessar, abstém-se da vida política, deixando-a para os políticos profissionais. Sobre isso, Brecht escreve em um dos seus poemas:

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaios dos exploradores do povo (BRECHT, 1988¹).

Concordando com os versos acima, concebemos o analfabetismo político como uma espécie de doença do intelecto, onde os indivíduos permanecem num estágio quase constante de embriaguez. A lucidez da razão e a habilidade das análises frente ao que é vivido são comprometidas e a vida segue assim, como alguém que caminha à penumbra, sem enxergar exatamente por onde passa.

¹ O texto é atribuído a Bertolt Brecht pela primeira vez em Terra Nossa: Newsletter of Project Abraço North Americans in Solidarity with the People of Brazil, Vols. 1-7 (1988, p. 42)

Diante da problemática posta, neste capítulo, trabalharemos com a ideia da educação por meio da vivência espacial, destacando o processo do amoldamento e docilização dos corpos e mentes na contemporaneidade. O título deste capítulo não apenas revela o pano de fundo no qual o nosso objeto de pesquisa está inserido, mas também nos coloca a necessidade de apontar e elucidar as dimensões com que trabalhamos. Optamos pela escala do cotidiano, do vivido - da dimensão corpórea, através do qual experimentamos e (re)produzimos o espaço social. Assim, como ilustração, trouxemos a canção “Cotidiano²” de Chico Buarque, que vai tecendo o característico cotidiano de um homem comum.

Todo dia ela faz tudo sempre igual; Me sacode às seis horas da manhã; Me sorri um sorriso pontual; E me beija com a boca de hortelã.

Todo dia ela diz que é pr'eu me cuidar; E essas coisas que diz toda mulher; Diz que está me esperando pro jantar; E me beija com a boca de café.

Todo dia eu só penso em poder parar; Meio dia eu só penso em dizer não; Depois penso na vida pra levar; E me calo com a boca de feijão.

Seis da tarde, como era de se esperar; Ela pega e me espera no portão; Diz que está muito louca pra beijar; E me beija com a boca de paixão.

Toda noite ela diz pra eu não me afastar; Meia-noite ela jura eterno amor; Me aperta pra eu quase sufocar; E me morde com a boca de pavor.

Todo dia ela faz tudo sempre igual; Me sacode as seis horas da manhã; Me sorri um sorriso pontual; E me beija com a boca de hortelã.

Buarque (1971) canta a eterna repetição do comportamento diário de um casal comum, onde a esposa permanece em casa, enquanto o marido sai para trabalhar. O homem parece sentir na boca o gosto do cotidiano. Ao acordar, o beijo de hortelã, que nos remete ao sabor do creme dental; Antes de sair para o

² Composição: Chico Buarque. Álbum: Construção, 1971.

trabalho, o beijo com o gosto do café do desjejum; A boca de feijão durante o almoço e o beijo de paixão, ao ser recebido no retorno à casa.

A canção nos conduz pelo cotidiano, que possui seu próprio ritmo e linearidade. É ele a expressão máxima do vivido, do rotineiro. Daí nossa predileção em trabalhar com a dimensão do cotidiano. É nele que a vida acontece. Na terceira estrofe, fica explícito o cansaço, o descontentamento do protagonista sem nome na canção – que poderia ser qualquer um de nós:

Todo dia eu só penso em poder parar; Meio dia eu só penso em dizer não; Depois penso na vida pra levar; E me calo com a boca de feijão.

O trecho evidencia a tensão entre o corpo fatigado e a necessidade de continuar. Pensar em poder parar, em dizer não. Ou seja, se opor ao que está posto. No entanto, é aquela atividade que possibilita o sustento material da vida e, na dúvida, opta-se pela inércia e os males conhecidos.

O calar-se da canção está presente no cotidiano de todos nós que, independente da esfera da vida, está situado hierarquicamente abaixo de alguém. Nos submetemos ao patrão, ao gerente, ao diretor da escola, aos pais, às leis do Estado – sejam elas, de fato, democráticas ou não. O cotidiano nos oprime, nos aliena, por vezes, a tal ponto, de não termos escolha a não ser resistir; subverter, desobedecer. Na verdade, acreditamos que somos empurrados a isso³. “Mesmo na rotina alienadora da fábrica e da produção há momentos de iluminação e criação, de invasão do cotidiano e do senso comum pela realidade e pelo conhecimento que revolucionam o cotidiano” (MARTINS, 2017, p. 56).

Segundo Moreaux (2013, p. 26), “o cotidiano é um objeto multidimensional, que modifica-se pelas ações do conjunto dos atores sociais”. Logo, é no cotidiano que se dão as disputas de poder - as lutas pela produção, uso e apropriação do espaço. O mesmo cotidiano que nos oprime, traz em si as possibilidades de mudança, de transformação. Como aponta Martins (2017):

É no fragmento do tempo do processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista, o tempo da rotina, da repetição e do cotidiano, que essas contradições fazem saltar fora o momento da criação e o anúncio da História – o tempo do possível. E que, justamente por se manifestar na própria vida cotidiana, parece impossível. Esse anúncio revela ao homem comum, na vida cotidiana, que é na prática que se instalam as

³ “A revolução é impossível, até que se torne inevitável”. Frase atribuída a Leon Trotsky.

condições de transformação do impossível em possível (MARTINS, 2017, p. 57).

Daí o expressivo crescimento do cotidiano, enquanto objeto de interesse e estudo. Outrora, fruto de interesse principalmente de artistas, como pintores e poetas, hoje, a vida cotidiana assume papel de destaque no que diz respeito ao Estado, à produção capitalista e aos mais variados campos do saber.

Dialogando com Heller (2008) e sua estrutura da vida cotidiana, destacamos aqui algumas assertivas traçadas pela autora, o que irá nos ajudar a iluminar a escala com que optamos trabalhar.

1. *A vida cotidiana é a vida de todo homem.* Todos os sujeitos estão submersos na cotidianidade, não importando se pertencem as camadas sociais dominantes ou dominadas. Alguns conseguem se destacar da cotidianidade, através de alguma atividade com relevância e utilidade para a humanidade em seu conjunto, mas mesmo esses, em algum momento, em alguma esfera da vida, estão submetidos à cotidianidade. Carvalho (2012, p. 24) corrobora à autora ao afirmar que: “o cotidiano é a vida de todos os dias e de todos os homens em qualquer época histórica que possamos analisar. Não existe vida humana sem cotidiano e a cotidianidade”. O cotidiano é, então, o meio necessariamente comum a todos os sujeitos. A ressalva fica por parte do poder de transformação do cotidiano pelo conjunto dos atores sociais. Essa relação é totalmente assimétrica, tendo alguns atores muito mais poder, do que outros.

2. *A vida cotidiana é vida do homem inteiro.* “O cotidiano está presente em todas as esferas da vida do indivíduo, seja no trabalho, na vida familiar, nas suas relações sociais, lazer etc.... O cotidiano e a cotidianidade existem, penetram eternamente em todas as esferas da vida do homem” (CARVALHO, 2012, p.24). Uma consequência que podemos extrair disso é que a vida cotidiana limita o sujeito. Essa imersão de todas as capacidades e possibilidades no cotidiano, impede que o sujeito desenvolva, de forma plena, suas capacidades e possibilidades isoladamente. Dito de outra forma, sou em minha vida cotidiana, simultaneamente, mulher, professora, doutoranda, esposa, filha, madrinha, dona de casa, cristã, militante, vascaína etc. O fato de colocar em prática todas essas capacidades faz com que nenhuma delas possa se realizar em toda sua potencialidade.

3. *A vida cotidiana é a vida do indivíduo.* O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico. Isso significa que o sujeito é uma unidade de dois polos, duas formas de agir e pensar diferentes. De um lado, a sua particularidade. O que ele tem de fisiológica e psicologicamente diferente dos seus

semelhantes. Do outro, a generalidade. O que biológica ou psicologicamente tem em comum com os outros membros da sua espécie. A vida cotidiana reflete essa condição do sujeito. No entanto, para Carvalho (2012, p.26), “na vida cotidiana só se percebe o singular. (...) Na vida dos indivíduos é um fato excepcional a elevação do indivíduo ao gênero; a esmagadora maioria dos homens não realiza essa experiência”.

4. *A característica dominante da vida cotidiana é a espontaneidade.* O ato espontâneo não é um ato reflexivo, pelo contrário, trata-se de uma naturalidade. Um ato impensado, pode-se dizer, instintivo. Embora as atividades cotidianas apresentem níveis diferentes de espontaneidade, Heller (2008, p. 47) afirma que “a espontaneidade é a tendência de toda e qualquer forma de atividade cotidiana”. Por isso, “(...) o homem como espontaneidade, mesmo tendendo a recuar, não pode desaparecer” (SEABRA, 1996, p. 74). Isso porque na vida cotidiana, nossa ação é guiada pela probabilidade - o que nos leva à próxima assertiva.

5. *Na vida cotidiana, o homem atua sobre a base da probabilidade, da possibilidade.* Sobre isso, Netto (2012) explica-nos que:

Como os homens estão agindo na vida cotidiana, e esta ação significa responder ativamente, o padrão de comportamento próprio da cotidianidade é a relação direta entre pensamento e ação; a conduta específica da cotidianidade é a conduta imediata, sem a qual os automatismos e o espontaneísmo necessários à reprodução do indivíduo enquanto tal seriam inviáveis (NETTO, 2012, p. 68).

A conduta imediata (baseada na probabilidade) faz-se necessária pela quantidade e velocidade com que diversas decisões devem ser tomadas pelo homem comum durante o seu dia. Na maior parte das vezes não é possível parar para calmamente analisar, refletir ou calcular antes de agir. Nesse sentido, nossas atitudes baseiam-se numa avaliação probabilística. A autora dá o exemplo de uma pessoa atravessando a rua. Não se calcula exatamente a distância e velocidade entre o atravessador e o carro que está vindo, usa-se aí probabilidade. O mesmo ocorre nos mais variados âmbitos da vida cotidiana uma vez que “(...) não é possível concentrar todas as energias em cada decisão. (...) Também seria absurdo, de nossa parte, assumir conscientemente as consequências de uma escolha não praticada pelo indivíduo inteiro” (HELLER, 2008, p. 42). A autora segue ainda dizendo que: “O ritmo fixo, a repetição, a rigorosa regularidade da vida cotidiana (...) não estão em absolutamente em contradição com essa espontaneidade; ao contrário, implicam-se mutuamente” (HELLER, 2008, p. 47).

6. *A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea.* Essa heterogeneidade diz respeito, principalmente, ao tipo e à importância das nossas mais variadas atividades, como trabalho, lazer, descanso, socialização etc.

7. *Não há vida cotidiana sem imitação.* Segundo Heller (2008), isso acontece porque durante o processo de assimilação de normas, códigos e costumes da nossa sociedade, não agimos puramente seguindo preceitos, mas sim, imitando os outros. As obras de Piaget (1964), por exemplo, atribuem grande importância à questão da imitação na fase inicial do desenvolvimento humano, pois ela auxilia o desenvolvimento social, cognitivo e da linguagem.

8. *A vida cotidiana não está 'fora' da história, mas no 'centro' do acontecer histórico.* Lefebvre (1991) ajuda-nos a compreender tal ideia, pois, para ele, todos os dias são passíveis de acontecimentos que causam mudanças no cotidiano dos homens. Além disso, “toda grande façanha concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade” (HELLER, 2008, p. 34).

9. *A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas.* Apesar de ser uma frase simples e um tanto autoexplicativa, Heller (2008) destaca a questão da moralidade como um fator crucial frente a essas escolhas diárias. A autora destaca que:

Quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso da pessoa, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana (HELLER, 2008, p. 39).

10. *A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação.* A vida cotidiana é um ambiente propício à alienação, devido as suas características, como a repetição diária de gestos, ritos e ritmos e a falta de reflexão sobre seus pensamentos e ações. Isso não significa, que todo sujeito, obrigatoriamente, terá uma vida cotidiana alienada.

Para Heller (2008), o indivíduo sempre tem a possibilidade de se elevar acima da rotina cotidiana e, conseqüentemente, da alienação. Nesse ponto, é válido destacarmos que essa possibilidade também existe apenas como exceção individual - como no caso dos sujeitos excepcionais - ou histórica - no caso de épocas curtas, onde o desenvolvimento dos indivíduos caminhavam junto ou próximo do desenvolvimento da humanidade em seu conjunto. De todo modo, o que fica claro é que a alienação na vida cotidiana é o mais comum, sendo o seu

contrário pouco frequente. As massas, na maior parte da história, tiveram um cotidiano alienado.

Heller (2008), ao mesmo tempo, afirma que a estrutura da vida cotidiana não implica, necessariamente, na alienação de todos os que nela vivem. E também que são as circunstâncias socioeconômicas que produzem um descompasso entre o desenvolvimento dos indivíduos e da humanidade, produzindo alienação. Segundo ela, a possibilidade de um cotidiano não alienado está aberto a todos, mesmo que apenas poucos consigam alcançar essa situação. Essa tensão entre possibilidade e realização a autora deixa em aberto, apontando sempre para os dois polos como sendo interdependentes.

Carvalho (2012), por sua vez, dá mais destaque ao aspecto alienado, massificado do cotidiano, deixando em segundo plano a possibilidade de superação individual. Provavelmente, isso ocorre devido ao evidente caráter de exceção desses casos. A autora relata que:

A alienação contamina e sufoca a vida cotidiana (...) é ingrediente essencial da vida cotidiana. (...) A relação alienada entre os homens se transforma em relação entre estranhos e o próprio homem em estranho para si próprio. A sociedade deixa de ser constitutivo de cidadãos e de vinculações coletivo-comunitárias, livres e solidárias, para se transformar em massa alimentada pela fetichização (...) É assim que a vida cotidiana é também o espaço da mediocridade. Os gestos comuns, a uniformidade, e a padronização dos desejos e necessidades reificados, fetichizados e controlados reproduzem, a todo momento, os opressores e oprimidos, determinando, através da massificação, comportamentos acrílicos e anômicos. Alguns valores presentes no mundo moderno capitalista – individualismo, neutralidade, competição – reforçam a mediocridade, deixando as grandes decisões políticas, econômicas, culturais, existenciais e mesmo espirituais ao sabor dos agentes mandantes. É através da mediocridade que o cotidiano se normaliza ao gosto das classes dominantes (CARVALHO, 2012, p. 40-42).

Neste sentido, a autora parece dialogar com Lefebvre (1991), que explica-nos que o Estado e os capitalistas adquiriram um forte poder de domínio sobre o cotidiano da população, o que permite ao cotidiano aprofundar a alienação dos indivíduos. A alienação, segundo o autor, "(...) afasta o cotidiano de sua riqueza. Dissimula esse lugar da produção e da criação humilhando-o e recobrando-o com o falso esplendor das ideologias. (...) A alienação social transforma a consciência criadora (...) numa consciência passiva e infeliz" (LEFEBVRE, 1991 p. 40). O controle sobre o cotidiano aumenta o poder de exploração, opressão e dominação ideológica das classes hegemônicas sobre toda a sociedade. Desse modo, todas

instâncias da vida passam a ser vigiadas e manipuladas para atender os interesses dominantes. É o que o filósofo francês chama de cotidiano programado.

O cotidiano programado é marcado pela total falta de sentido e reflexão do homem comum sobre sua própria vida, seus pensamentos e atos. A vida, assim, é, cada vez mais, conduzida no modo “piloto automático”. “O espaço tornou-se um lugar de passagem, medido pela facilidade com que dirigimos através dele ou nos afastamos dele.” Dessa forma, o indivíduo “(...) vive uma experiência narcótica; o corpo se move passivamente, anestesiado no espaço, para destinos fragmentados e descontínuos” (SENNETT, 2008, p. 17). É devido a essa passividade, a essa automaticidade, que Martins (2013) ressalta que:

A vida cotidiana se instaura quando as pessoas são levadas a agir, a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não lhes pertence nem está sob seu domínio. A vida cotidiana começa a nascer quando as ações e relações sociais já não se relacionam com a necessidade e a possibilidade de compreendê-las e explicá-las. (...) O vivido torna-se o vivido sem sentido, alienado (MARTINS, 2013, p. 71).

É justamente, esse vivido alienado, onde o agir do indivíduo não está sob o seu domínio, o pano de fundo de nossa pesquisa. Todo aquele que se propõe a refletir e construir uma sociedade mais justa terá, inevitavelmente, que se debruçar sobre as práticas espaciais desiguais da vida cotidiana e sua materialização no espaço. As assimetrias de poder são refletidas em cada instância institucional e mesmo reforçadas em algumas delas, como veremos mais a diante. “O que sugiro é aprender o sentido de nossa alienação diária, para superá-la, a alienação de nossa rotina, da repetição burocrática das coisas sem nunca questionarmos o porquê” (FREIRE, 1990, p.138).

Pensando nisso, optamos trabalhar com a dimensão do corpo, afinal, nossa vivência no mundo é corporal. É através do corpo que as ações, as práticas sociais ocorrem. Motivada por diversas razões, as ações são nossos movimentos e é, justamente, através do corpo que a coisa acontece. É pelo corpo que nossa presença se dá no mundo. É o corpo que permite nosso acesso ao espaço. É ele o nosso principal instrumento de ação. Nesse sentido, Lima (2014) apoia-se em Mauss (1974) para ressaltar a dimensão de objeto técnico que o corpo possui, uma espécie de “ferramenta original”.

Marcel Mauss (1974, p.217) reconhece que o corpo é, ao mesmo tempo, a ferramenta original com que os seres humanos davam forma ao seu mundo e a substância original de que o mundo humano é dado como forma. “Antes das técnicas com

instrumentos, há o conjunto de técnicas corporais. (...) O corpo é o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo o meio técnico do homem é seu corpo” (ibid., p.209). Nesse caso, o corpo comparece como um instrumento fundamental do metabolismo entre o homem e o espaço, na qualidade de natureza socialmente produzida (LIMA, 2014, p. 273-274).

Interessa-nos, no entanto, destacar um aspecto particular no que diz respeito ao corpo – o controle exercido sobre ele. Em sua célebre obra *Vigiar e Punir*, Foucault (2009) revela como o poder vai sendo exercido sobre o corpo, principalmente dos condenados e dos soldados. O autor disserta sobre o corpo dos condenados e apresenta uma descrição minuciosa sobre uma cerimônia de execução pública, um verdadeiro espetáculo. É o corpo o principal alvo da repressão penal. O corpo esfolado, esquartejado, amputado, supliciado.

Segundo Foucault (2009), somente no começo do século XIX esse tipo de espetáculo punitivo vai sendo abolido. O foco da punição passa a ser muito mais o julgamento, a sentença do crime do que a punição em si. “A punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal. (...) A certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro” (FOUCAULT, 2009, p.14). A penalidade, nesse sentido, vai se tornando cada vez menos incorporada, mas isso no sentido da punição física ao corpo, o que não significa, de modo algum, a perda de controle sobre ele.

(...) De modo geral, as práticas punitivas se tornaram pudicas. Não tocar mais no corpo, ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente. Dir-se-á: a prisão, a reclusão, os trabalhos forçados, a servidão, de forçados, a interdição de domicílio (...) visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. (...) O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. (FOUCAULT, 2009, p. 16).

Os rituais modernos de execução, em vigor em alguns países, ilustram bem esse processo de abolição do espetáculo e da extinção da dor, como é o caso das injeções, onde o condenado tem uma morte rápida e indolor. Anteriormente, o próprio uso da guilhotina, em alguns países, já sinalizava essa mudança que vinha ocorrendo. “Quase sem tocar o corpo, a guilhotina suprime a vida, tal como a prisão suprime a liberdade, ou uma multa tira os bens” (FOUCAULT, 2009, p. 18). A morte por guilhotina, ainda que visível, é instantânea, bem diferente das cerimônias de corpo supliciado.

É necessário ressaltarmos que, apesar de entre os anos 1830 e 1848 adentrarmos na época da sobriedade punitiva, o poder sobre o corpo nunca deixou

de existir totalmente. Já não era o corpo o objeto fundamental da punição, mas sim a alma. “À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” (FOUCAULT, 2009, p. 21). Ainda assim, “(...) castigos como trabalhos forçados ou prisão – privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra” (FOUCAULT, 2009, p. 20).

Isso nos levar a crer que o poder exercido sobre o corpo continua existindo. O que mudam são os meios utilizados para se realizar tal tarefa. Segundo Sibilia (2015):

Aqueles corpos dóceis – ou arduamente docilizados pela dosagem cotidiana de disciplina e vigilância – se inspiram no modelo mecânico dos autômatos (...) cada vez mais, porém, os corpos – humanos e não humanos – parecem perder essa rigidez analógica para se digitalizar, na medida em que podem ser examinados e tratados, eventualmente modificados, no substrato mais básico de sua complexão bioquímica (SIBILIA, 2015, p. 239).

Ainda se remetendo a obra *Vigiar e Punir*, de Foucault, a autora segue dizendo que:

Atávica função do biopoder que ainda persiste mesmo após tantas transformações: canalizar produtivamente as energias vitais. Não se trata mais, portanto, daqueles corpos laboriosamente convertidos em força de trabalho, esculpidos em longas e penosas sessões de disciplinamento físico e moral para saciar as demandas da produção industrial e das exigências nacionais. (...) Agora emergem outros tipos de corpos e subjetividades. Impulsionados por valores inspirados no modelo empresarial, esses sujeitos são imbuídos a administrar cuidadosamente seu capital vital (SIBILIA, 2015, p. 240-241).

Seja qual for o método adotado, Foucault (2009) ressalva que:

(...) em nossas sociedades, os sistemas punitivos devem ser recolocados em uma certa “economia política” do corpo: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos (...) é sempre do corpo que se trata – do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão (FOUCAULT, 2009, p. 28).

Dito isso, podemos pensar que, talvez, o mais importante da obra de Foucault seja chamar nossa atenção para a questão da centralidade do corpo. Da necessidade das classes dominantes em domesticá-lo. Afinal, a punição, seja do corpo ou da alma, é apenas uma consequência, uma forma de mostrar que aquele

corpo, aquele indivíduo não agiu conforme deveria. Por isso, acreditamos que, talvez, a questão do tipo de punição seja secundária em relação à questão da necessidade do domínio sobre os corpos. Essa é a questão central para nós, pois:

(...) o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre os elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física (FOUCAULT, 2009, p. 29).

Daí o autor dedicar sua atenção aquilo que denomina corpos dóceis. Mostrando a diferença da figura do soldado do século XVII e o da metade do século XVIII, o autor fala sobre a descoberta do corpo, “que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”, enquanto alvo e objeto de poder durante a era clássica. Segundo Foucault (2009, p.132), “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. Assim, o corpo passa por uma maquinaria de poder, que o modela, esquadrinha-o. É o momento histórico das disciplinas, diferente da escravidão, da domesticidade, da vassalagem e até das disciplinas de tipo monástico. Para Foucault (2009):

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. (...) O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar uma sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos (FOUCAULT, 2009, p. 133).

A disciplina produz corpos obedientes, subordinados e adestrados, corpos dóceis. Segundo, o autor:

A “invenção” dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método

geral. Encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mas tarde nas escolas primárias; investiram lentamente o espaço hospitalar; e em algumas dezenas de anos reestruturaram a organização militar (FOUCAULT, 2009, p. 134).

Uma série de procedimentos fazem parte desta nova forma de controle das mais diversas corporeidades, onde a disciplina aparece como a distribuição dos corpos no espaço. Aí entra em cena a cerca, o quadriculamento, as localizações funcionais, os quadros vivos, o horário, a fila etc. “Trata-se de organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de lhe impor uma ordem” (FOUCAULT, 2009, p. 143). Todos estes procedimentos adotados extrapolam os muros das escolas, quartéis, fábricas e prisões. Os corpos disciplinados também estão em suas casas, andam pelas ruas, fazem compras, ou seja, compõem a sociedade como um todo, bem como os dispositivos disciplinares, sendo um deles o Panóptico.

O panóptico foi desenvolvido por Bentham como um modelo arquitetural ideal para o sistema penitenciário. Ainda assim, o mesmo também poderia ser utilizado com a mesma eficácia em escolas, fábricas e hospitais. O projeto constitui-se por uma prisão circular onde, de uma torre central, um observador pode ver todos os lugares que os detentos tem acesso, o que facilita substancialmente o controle e a ordem daquela instituição ou de qualquer outra que utilize o dispositivo panóptico. Segundo Foucault (2009, p. 190), “o dispositivo panóptico organiza unidades especiais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. (...) É visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação”. O autor afirma ainda que:

E esta é a garantia da ordem. Se os detentos são condenados não há perigo de complô, de tentativa de evasão coletiva, projeto de novos crimes para o futuro, más influências recíprocas; se são doentes, não há perigo de contágio; loucos, não há risco de violências recíprocas; crianças, não há “cola”, nem barulho, nem conversa, nem dissipação. Se são operários, não há roubos, nem conluíus, nada dessas distrações que atrasam o trabalho, tornam-no menos perfeito ou provocam acidentes (FOUCAULT, 2009, p. 190).

O Panóptico é extremamente eficaz, pois além de facilitar o controle e necessitar de um número bem baixo de pessoal para controlar um elevado número de corpos, ele objetiva:

(...) induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos,

mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder que eles mesmos são os portadores (FOUCAULT, 2009, p. 191).

Para Martins (2013, p. 68) esse estado de vigilância permanente, ao qual os corpos estão submetidos, chega a penetrar a esfera onírica. Analisando o sonho de alguns indivíduos, o autor afirma que “o sonho é atravessado pela revelação de que a sociedade moderna é uma sociedade vigiada, impregnada de valores e concepções punitivos”. Ainda segundo mesmo autor:

Essa é, certamente, uma indicação da variedade de formas da interiorização do olhar oculto que vigia (e pune) a cada um, a que se refere Foucault. Em Foucault, porém, no meu modo de ver, prevalece a suposição de que o homem comum tornou-se uma vítima impotente dos mecanismos ocultos de vigilância, do olhar invisível que dissemina a suspeita como técnica de controle social (MARTINS, 2013, p. 68).

Lima (2014), em sua obra, também chama atenção para a questão do corpo alienado.

Uma vez que a força de trabalho é livre, sendo o trabalhador seu legítimo proprietário, ele pode dispor dela, ou seja, de sua essência vital e de sua verve criativa, como quem dispõe de uma mercadoria. Ao alienar sua força de trabalho, o trabalhador aliena o seu próprio corpo e, junto com ele, parte considerável de sua qualidade criativa e transformadora, sua capacidade de objetivar os domínios indefinidos do real e, por conseguinte, os meios que lhe permitiriam superar seu condicionamento e subordinação às relações de produção capitalistas. O corpo se torna, assim, um “objeto” estranho ao próprio homem, torna-se uma coisa, pois este é o meio com que o homem realiza o trabalho e ao mesmo tempo é a moeda de troca de que dispõe o trabalhador para obter os bens de consumo de que necessita para sobreviver (LIMA, 2014, p. 263).

Martins (2013, p.69) revela que é “no absurdo do sonho que a vigília repressiva que sustenta a racionalidade da ordem social mostra o seu lado oculto, não iluminado, irracional”. Isso significa que embora os corpos dóceis, imersos em um cotidiano programado, possam não refletir sobre seus pensamentos, ações e também sobre o espaço que o cerca durante as atividades rotineiras, como o trabalho alienado, o qual se refere Lima (2014), o sonho abre espaço para algumas revelações.

(...) O sonho, incomodando-o, de certo modo, lhe revela a dilaceração de sua pessoa, o desencontro da sua consciência e

do seu corpo, o terror de uma vivência que o divide, de um mundo em que é impotente para se reconhecer como aquilo que é, faz e acredita ser. É claro que o imaginário onírico, nesses casos, é apenas um certo tipo de consciência da alienação, porém legítimo e denunciador: por meio dele, a alienação aparece como mal-estar, o mal-estar da vida cotidiana e do mundo moderno (MARTINS, 2013, p. 75).

São vários os autores que trazem a questão do corpo e das diversas tentativas exercidas pelo Estado e às grandes empresas para manipular, adestrar e docilizar os corpos, tornando-os tão passivos e subordinados às vontades do capital quanto possível. Alves (2005) também destaca a dimensão corpórea em seus estudos sobre o período fordista e toyotista. O autor revela que “sob o fordismo ‘o cérebro está livre para outras ocupações’, enquanto o corpo é capturado pelas prescrições mecanizadas (Gramsci, 1984). Esta relação problemática entre corpo e mente é um dos elementos de crise do taylorismo-fordismo” (ALVES, 2005). No toyotismo, no entanto, “(...) o corpo não se emancipa da disciplina do capital, mas constitui-se uma nova relação psicocorporal, que busca preservar um componente essencial das sociedades do capital, sejam elas modernas ou pós-modernas: um corpo útil, produtivo e submisso” (ALVES, 2005).

No entanto, talvez, tão grande quanto o número de autores que chamam atenção para o poder de dominação e controle exercido sobre os corpos nesse cotidiano alienado que vivemos, seja o número de autores que chamam atenção para o fato dessa situação não ser imutável, pelo contrário. Se é no cotidiano que somos oprimidos e alienados, é também no cotidiano que nascem as insurgências e resistências. Sim, é no mesmo cotidiano alienado que, por vezes, as tensões e contradições da sociedade se tornam evidentes. Como Seabra (1996) aponta:

(...) É no vivido, como o nível da prática imediatamente dada, que a natureza aparece e transparece, como corpo, como uso. É nesse nível que o prazer, o sonho, o desejo se debatem, e que os sentidos da existência propriamente humana, não se deixando aniquilar podem se insurgir (SEABRA, 1996, p. 75).

Acreditamos que o Mov. Ocupa é uma manifestação dessa tensão entre o comportamento repetitivo e submisso e o de resistência e contestação, que se dá nas relações de dominação entre corpos na vida cotidiana. Partindo dessa premissa, é possível compreender como o Mov. Ocupa surge e desaparece: como uma erupção vulcânica, que consome a crosta bruta que soterra todo o pensamento e ação autônomos frente as forças hegemônicas.

Dentre os vários questionamentos que o Mov. Ocupa suscita, começamos a refletir sobre o que levou aqueles estudantes a ocuparem suas escolas naquele

momento. Afinal, que fato ou particularidade separa esse momento do “marasmo”⁴ estudantil anterior? Sabemos que não há resposta fácil ou exata para essa indagação. No entanto, buscamos pistas que nos ajudem na compreensão de eventos como esse, de insurgência e desmobilização política. Assim, enxergamos e caracterizamos o que foi, de fato, o Mov. Ocupa, algo que surgiu espontaneamente, cresceu rapidamente e logo se dissipou.

É claro que esse não é o primeiro evento a seguir tais etapas. As jornadas de junho, como ficou conhecida a onda de protestos pelo Brasil no ano de 2013, é um bom exemplo desse tipo de evento. É claro que,

A “fagulha” das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos – o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis -, que, entre “catracaços”, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a ANCOP (ROLNIK, 2013, p. 09).

Os protestos de vanguarda começaram logo após o anúncio sobre o aumento da tarifa de ônibus, mas rapidamente tomaram corpo. E logo, outras reivindicações foram sendo agregadas, como melhorias na saúde, segurança, educação e contra a corrupção.

Podemos pensar essas manifestações como um terremoto (...) fez renascer entre nós a utopia... No campo imediato da política, o sismo introduz fissuras na perversa aliança entre o que há de mais atrasado/excludente/prepotente no Brasil e os impulsos de mudança que conduziram o país na luta contra a ditadura e o processo de redemocratização (ROLNIK, 2013, p. 08).

As manifestações reuniam uma massa heterogênea, que incluía anarquistas, independentes da esquerda, sindicalistas, partidos de esquerda, muitos confusos, ecléticos e despolitizados e, até mesmo, alguns pequenos grupos de extrema direita. Essa composição não era esperada nem pela vanguarda dos movimentos pelo passe livre e contra o aumento das passagens, principalmente, cindida entre a esquerda institucionalizada e a autônoma, e muito menos pelo Governo, que já estava habituado com as pequenas, mas radicalizadas, manifestações todos os anos no período de reajuste.

A surpresa dos dois lados explica a sua inação e perplexidade durante as jornadas. Por um lado, o Governo acreditava que tudo aquilo em breve ia se

⁴ Falamos de marasmo em oposição à luta coletiva, organizada e autônoma dos estudantes secundaristas.

dissipar e, conseqüentemente, não havia necessidade de revogar o aumento. Por outro lado, a direção tradicional do movimento acreditava que bastava fazer o que sempre fez, sem ser preciso adotar novas táticas para lidar com a amplitude do movimento e a diversidade de posições políticas presentes, o que levou a conflitos e a problemas de organização dentro das manifestações.

Sobre esse tipo de unidade de diferentes frentes, Vainer (2013) lança a reflexão:

O que provocou essa unidade que tantos desejaram e outros tantos procuravam evitar? Em termos imediatos e conjunturais, a resposta provavelmente está na arrogância e na brutalidade dos detentores do poder. Seu autismo social e político sua incapacidade de perceber a velha toupeira que trabalhava no subsolo do tecido social, promoveu em poucos dias, aquilo que militantes, organizações populares e setores do movimento social urbano vinham tentando há algum tempo: unificar descontentamentos, lutas, reivindicações, anseios. Não é a primeira vez que isso acontece na história. Aconteceu agora entre nós (VAINER, 2013, p. 36).

Houve protestos gigantescos, que se alastraram pelas principais capitais do país. Foi intenso, mas efêmero. Muitos se perguntam pelas redes sociais onde estariam aqueles que se rebelaram por conta de vinte centavos, diante de ataques verdadeiramente violentos ao trabalhador, como a Reforma da Previdência. Se em 2013 diziam “que o gigante acordou”, pós Copa do Mundo 2014, o gigante parecia estar novamente “deitado eternamente em berço esplêndido”. Mas esse não é um caso isolado, recorrendo à história do Brasil, podemos citar, ainda, outros exemplos, como a Revolta do Vintém e a Greve Geral de 1917.

A Revolta do Vintém ocorreu durante os últimos suspiros da monarquia brasileira. A população do Rio de Janeiro, até então capital imperial, começou a fazer comícios públicos, onde oradores republicanos defendiam a necessidade da derrubada do imperador. O conflito chegou ao ponto de batalhas campais contra a polícia e o exército, resultando em alguns mortos. Todo esse movimento, iniciado em outubro de 1879 e que culminou com as batalhas do dia 1 de Janeiro de 1880, poucos dias depois se desfez - frente ao anúncio de revogação do novo imposto que aumentava o preço da tarifa do bonde. A república, por sua vez, só foi proclamada nove anos depois, por conspiradores militares⁵.

Já a Greve Geral de 1917, que teve início em junho daquele ano, na cidade de São Paulo, foi antecedida por mobilizações contra o trabalho infantil e a

⁵ Ver mais em: PAULA, C. J. de; LATTMAN-WELTMAN, F. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Fundação Getúlio Vargas, 2010.

pobreza. Se juntando com o movimento grevista de uma fábrica têxtil, a mobilização logo tomou corpo e dela surgiu o Comitê de Defesa Proletária, que centralizou as negociações com o governo e os empresários em um período onde a cidade estava ingovernável. Ao contrário do que alguns temiam, e outros desejavam, o governo não foi derrubado e as fábricas não foram expropriadas. Até o final de julho, a cidade de São Paulo, devido ao sucesso das negociações, havia voltado a sua “normalidade”⁶. O que podemos dizer é que “qualquer onda, por maior que seja (e mesmo um tsunami), mais cedo ou mais tarde se dissipa” (SOUZA, 2015, p. 110).

Os exemplos históricos citados ilustram o processo de levante e dispersão de lutas políticas travadas pela massa ou setores específicos das classes dominadas. E embora utilizemos o termo “movimento” para nos referirmos à ocupação das escolas, entendemos que seria mais adequado usar o termo “evento”, devido à sua efemeridade. Movimento traz consigo a ideia de continuidade, como, por exemplo, os movimentos sociais pela legalização do aborto ou pela reforma agrária. No movimento, há uma continuidade de pauta; formas usuais de luta (tática) e organização; lideranças; ideologia e programa. Um evento, por sua vez, carece de certa solidez que o movimento apresenta. Com a mesma espontaneidade que surge, se dissipa. Falta estabilidade. A continuidade que possibilita a transformação do ímpeto em organização.

Referimo-nos à Ocupação como movimento, pois assim foi nomeado por aqueles que o construíram: Movimento Ocupa. Todavia, sendo conceitualmente rigorosos com os termos utilizados, é válido destacar que caracterizamos o Mov. Ocupa, enquanto evento. E que relevância social teria tido este evento? Que legados ele teria deixado para as escolas e os estudantes, se logo se dissipou? Será que tanto esforço valeu a pena, já que várias de suas demandas não foram atendidas pelo Governo? O que restou pós-ocupação? De que ela serviu? Esses são questionamentos que ficam no imaginário social. Mas, antes de adentrarmos nessa parte de balanço e saldo, vamos focar no porquê da ocorrência de tal evento e na sua importância.

Já foi dito, no capítulo anterior, que o Mov. Ocupa surgiu em apoio a greve dos professores da Rede Estadual e que, além de ter total autonomia em relação à greve, acabou “trazendo à mesa” suas próprias demandas e reivindicações. Mas essa não foi a primeira e nem a mais radical das greves da Rede Estadual. Por

⁶ Ver mais em: Atlas Histórico do Brasil. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/>

que, então, a ocupação? Poderíamos ficar fazendo conjecturas e traçando razões mirabolantes, mas isso não nos levaria a lugar algum. É difícil precisar exatamente o como ou o porquê esses eventos de luta política surgem. O fato é que eles surgem espontaneamente. Podem surgir em qualquer lugar ou a qualquer momento, diante das condições de vida impostas a maioria da população pelo Capital. Diante disso, poderíamos questionar, então, por que os momentos de insurgência e rebeldia são tão esparsos e efêmeros? A esse questionamento tentaremos responder de forma pormenorizada. Pois acreditamos ser essa a grande questão por trás do Mov. Ocupa e de tantos outros eventos de luta política que ocorrem pelo país e o mundo.

O marasmo político da sociedade é desvelado de várias formas. Desde os conceitos mais elaborados das ciências sociais, até expressões artísticas. Analisando alguns desses conceitos e intervenções culturais, chegamos a um conceito aglutinador, que denominamos amoldamento social. O conceito nos ajuda a compreender o Mov. Ocupa, bem como o que ele teve de mais importante que, ao nosso ver, não foi nenhuma das conquistas obtidas, mas sim a ocorrência do evento em si. Muitas reivindicações dos alunos poderiam soar um tanto ingênuas ou otimistas, frente à lógica mercadológica da educação pública brasileira. No entanto, bem como bem ressalta Ferreira (2007), “o que importa na utopia é justamente o que não é utópico, é o processo de sua busca”.

Marx (2011), Kosik (1969), Lefebvre (1991), Castoriadis (1982) e Lacoste (2014), todos, cada um à sua maneira, teceram conceitos que, ao nosso ver, tratam de um mesmo fenômeno bem marcante na contemporaneidade – a crise de cognitiva, aprofundada pelo amoldamento social, noção que construiremos a partir da análise dos conceitos dos autores citados anteriormente.

3.1

Alienação, Pseudoconcreticidade, Cotidiano Programado, Heteronomia e Sonambulismo Espacial.

O conceito de alienação, desenvolvido por Marx, encontra-se disperso ou implícito em suas obras. Por isso, optamos analisá-lo através da interpretação de Mészáros (2016) que, em seu livro *A teoria da alienação em Marx*, faz o levantamento e a sistematização da concepção marxiana de alienação.

Postone (2014) também nos ajuda a compreender tal conceito, que apesar de não ser novo, elucida um traço bem latente da atualidade, devido ao seu modo de produção.

Uma marca central do capitalismo, é que as pessoas não controlam sua própria atividade produtiva ou o que produzem, mas são, em última análise, dominadas pelos resultados dessa atividade. Essa forma de dominação é expressa como oposição entre indivíduos e sociedade, constituída como uma estrutura abstrata. A análise de Marx dessa forma de dominação é uma tentativa de basear e explicar o que, nos seus primeiros textos, ele chamou de alienação (POSTONE, 2014, p. 47).

A alienação está ligada aos fundamentos socioeconômicos da sociedade. E como bem expressa a citação acima, ela é um fenômeno inconsciente. Gerado por características próprias da sociedade capitalista e que tem como origem a alienação do trabalho. O trabalhador está alienado em sua atividade produtiva, na medida em que trabalha para outro e, conseqüentemente, não tem controle sobre o processo produtivo e nem é dono do produto final. Segundo Mészáros (2016):

O trabalho, que deveria ser uma propriedade *interior*, ativa, do ser humano, torna-se *exterior* ao trabalhador como resultado da alienação capitalista (...) Não é “atividade vital”, na qual o ser humano “afirma a si mesmo”, mas mero “meio para sua existência individual”, autonegação que “modifica sua *physis* e arruína seu espírito”. A alienação transforma a atividade voluntária em “trabalho obrigatório”, em atividade que é mero meio para atingir fins essencialmente animais (comer, beber, procriar) (...) Para piorar as coisas, até mesmo essa forma alienada de atividade – necessária ainda que para a mera sobrevivência – é muitas vezes negada ao trabalhador, porque “o trabalho se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções” (MÉSZÁROS, 2016, p. 145).

Essa ausência total de controle sobre sua atividade produtiva, incluindo aqui a possibilidade de estar empregado ou desempregado, reflete na forma como esse sujeito compreende o mundo. O trabalho se torna sinônimo de submissão total ao empregador e o tempo livre se torna um simples momento de reposição das energias - para que seja possível suportar o trabalho. Isso significa que até mesmo o tempo livre está submetido ao trabalho. O efeito cognitivo que isso gera no indivíduo é o de estranhar, alienar os resultados do seu próprio trabalho. Ou seja:

A objetivação sob as condições em que o trabalho se torna exterior ao ser humano assume a forma de um poder estranho que confronta o ser humano de maneira hostil. Esse poder exterior, a propriedade privada, é “o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo”.

Portanto, sendo resultado de um poder hostil, na realidade, o ser humano não pode “contemplar a si mesmo em um mundo criado por ele”, mas, sujeito a um poder externo e privado do sentido da sua própria atividade, ele inventa um mundo irreal, sujeita-se a ele e, conseqüentemente, restringe cada vez mais a sua própria liberdade (MÉSZÁROS, 2016, p. 146).

A propriedade privada capitalista se sustenta através da exploração do trabalho assalariado. Sem o proletariado (trabalhadores assalariados), o capitalismo acabaria. No entanto, os trabalhadores não são capazes de enxergar isso, devido à alienação do trabalho. A ausência de controle sobre sua atividade produtiva e também sobre a própria vida, cria a ilusão de que o capitalista é independente e que o trabalhador, se quer sobreviver, tem que se submeter às suas vontades. Sendo assim, na consciência dos sujeitos que compõe essa sociedade, a realidade aparece de forma invertida, devido à forma como a produção é organizada. A alienação, por sua vez, é o processo que cria essas inversões na mente dos sujeitos, a partir de suas experiências individuais. A resultante desse processo é a naturalização de um fenômeno social. Trabalhadores e donos dos meios de produção, que têm suas consciências moldadas pela organização capitalista do trabalho, acabam acreditando que essa forma de sociedade é regida por alguma força exterior às suas práticas sociais. Logo, estaria fora de seu alcance alterar o atual estado de coisas. O trabalhador assume para si o papel de dominado, pois é incapaz de enxergar sua força real, limitando assim sua liberdade de ação.

Como pudemos observar, a alienação estabelece um tipo de círculo vicioso, onde a realidade cotidiana molda uma imagem invertida do mundo em nossa mente. Essa imagem, por sua vez, molda nossas ações no mundo, o que nos leva a agir dentro dos marcos da ordem vigente. Isso nos leva a questionar se é possível romper com esse ciclo. Para “Marx, a tarefa é *prática*: ela consiste em estabelecer uma sociedade em que as capacidades humanas não são alienadas do ser humano, não podendo conseqüentemente, voltar-se contra ele” (MÉSZÁROS, 2016, p. 165).

Segundo a interpretação do autor, a desalienação é realizável na prática e ainda é uma tarefa que necessariamente deverá ser cumprida, para que se construa uma nova sociedade. Entretanto, ser necessária e possível não significa que essa superação vá ocorrer de forma simples ou rápida. Como o autor destaca:

O procedimento de Marx (...) enfatiza que a alienação da atividade produtiva só pode ser superada definitivamente na *esfera da produção*. A ação política só pode criar as condições

gerais que não são idênticas à suplantação real da alienação, mas que são um pré-requisito necessário dela. O processo concreto de suplantação reside no futuro, bem adiante do período da ação política que estabelece as condições necessárias para dar início ao processo da transcendência positiva. (MÉSZÁROS, 2016, p. 120, grifo do autor).

A revolução, na concepção marxiana, é uma medida política que busca acabar com o controle que as classes dominantes exercem sobre o Estado. O objetivo disso, a princípio, é usar a máquina estatal para destruir o poderio econômico dos capitalistas. Ou seja, para superarmos a alienação, precisamos, em primeiro lugar, de uma radical transformação política e, depois, de uma reconfiguração socioeconômica. E mesmo depois de ultrapassar esses dois obstáculos, a desalienação, ainda “reside no futuro”.

Entendemos que o fato da desalienação ser o ápice de um longo processo de profundas transformações não altera, em nada, o fato de que existam grupos sociais que tencionam em direção ao reforço ou à destruição da alienação. De modo abstrato, podemos dizer que as classes que se beneficiam da forma de produção capitalista terão um interesse objetivo em reforçar a alienação, já que ela produz dois efeitos práticos muito úteis na manutenção da ordem:

I – Gera uma visão invertida da realidade na mente do sujeito;

II – Inibe a reflexão crítica e a busca por soluções práticas radicais.

Os burocratas estatais e os capitalistas, apesar de também estarem alienados, extraem benefícios e privilégios da alienação geral da sociedade. Para manter esses privilégios, precisam garantir a manutenção da sociedade capitalista da forma mais eficiente que for possível, com um mínimo de perdas. Sendo assim, criam estratégias e mecanismos que reforçam a alienação já existente, formando verdadeiros obstáculos ao pensamento crítico e à ação radical. Como destaca Mézáros (2016):

Nenhuma sociedade pode persistir sem seu próprio sistema de educação. (...) as sociedades existem nas e por meio das ações de indivíduos particulares, que buscam realizar seus próprios fins. Consequentemente, a questão crucial para qualquer sociedade estabelecida é a reprodução exitosa de tais indivíduos cujos “próprios fins” não negam as potencialidades do sistema de produção predominante (MÉSZÁROS, 2016, p. 265).

A sociedade capitalista cria um sistema de educação que, usando como base firme os efeitos da alienação, inculca em cada indivíduo todo tipo de crenças e hábitos necessários à reprodução dela mesma. É importante esclarecer que,

para Mészáros (2016), a educação formal, composta principalmente pelas instituições de ensino, é apenas uma parte do sistema geral de educação ou internalização de uma sociedade. Não é apenas numa sala de aula que o sujeito aprende a seguir as regras e a assimilar os valores de uma sociedade. O contato social, o assédio moral do supervisor, a violência da polícia, o moralismo da igreja são todas formas suplementares e informais do sistema de educação.

Assim, além de reproduzir em uma escala ampliada as múltiplas *habilidades* sem as quais a atividade produtiva não poderia ser levada a cabo, o complexo sistema educacional da sociedade também é responsável por produzir e reproduzir o quadro de referência dos *valores*, dentro do qual os indivíduos particulares definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção capitalisticamente reificadas não se perpetuam *automaticamente*. Elas são bem-sucedidas nisso apenas porque os indivíduos particulares “*interiorizam*” as pressões exteriores: eles adotam as perspectivas globais da sociedade de mercadorias como se fossem os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. É procedendo assim que os indivíduos particulares “contribuem para manter uma concepção de mundo” e uma forma específica de intercâmbio social, que corresponde à concepção de mundo (MÉSZÁROS, 2016, p. 265).

Podemos dizer então que o sistema de educação ou internalização tem por objetivo garantir que cada indivíduo da sociedade tenha sua consciência “capitalisticamente” moldada.

Segundo Kosik (1969), o mundo contemporâneo é o mundo da pseudoconcreticidade, onde as práticas utilitárias e fetichistas (alienadas e alienantes) são (re)produzidas no e pelo sistema econômico vigente. Nas palavras do autor:

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, seu imediatismo e evidencia, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade* (KOSIK, 1969, p. 15).

Dialogando com o autor, Ciavatta (2014, p. 207), define com suas palavras o mundo da pseudoconcreticidade, explicando-nos que o conceito de Kosik (1969) nos remete ao “mundo dos fenômenos externos, que revelam a superfície dos processos, a práxis fetichizada e o mundo das representações, que não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens”.

A autora se apoia na teoria do filósofo para que, a partir dos conceitos de essência e aparência, possa chegar ao conceito de mediação. Ciavatta (2014) utiliza o exemplo da pista de pouso no meio da floresta e explica-nos a diferença entre meio e mediação, categorias fundamentais para entendermos como se dá nosso contato imediato com a realidade. Contato este que, segundo Kosik (1969), dá-se parcialmente, apenas na aparência, no que se mostra à vista.

Ciavatta (2014) explica-nos que a pista no meio da floresta é tanto meio, quanto mediação. A pista é um meio à medida em que se apresenta como um recurso, um caminho, mas não se esgota em suas características imediatamente perceptíveis. A autora salienta que:

Em um sentido menos claro e menos perceptível está o processo de escolha do local da pista, os estudos fotogramétricos para sua localização, as técnicas empregadas para rasgar o seio da floresta e, em outro nível de reflexão, a necessidade da pista, os sujeitos que a demandaram, os habitantes da floresta que souberam ou não souberam do projeto em curso, concordaram ou não concordaram com sua abertura, o significado da pista para eles e para o etnólogo, as consequências de todo esse processo (CIAVATTA, 2014, p. 207).

Cada uma dessas questões levantadas pela autora não pode ser respondida pela simples observação da pista, por sua aparência. “Esse segundo nível de problema (...) é o mundo das mediações, dos processos sociais (econômicos, técnicos, políticos, ambientais, científicos, etc.), da essência oculta do fenômeno” (CIAVATTA, 2014, p. 208).

Visto que, no mundo da pseudoconcreticidade, a “coisa em si” não se revela imediatamente ao homem, para ir além da aparência do fenômeno é necessário um certo esforço. No entanto, Kosik (1969) revela que a atitude primordial do homem frente à realidade não é a de um sujeito cognoscente, ou seja, de alguém que analisa a realidade, pois esta não se apresenta como algo a ser examinado e compreendido teoricamente. O homem, na verdade, aparece como um ser objetivo e prático que age conforme seus interesses imediatos. Assim, a relação entre o indivíduo e as coisas dá-se no plano prático-utilitário, onde o mesmo “cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade” (KOSIK, 1969, p. 14). Dessa maneira, o indivíduo se afasta da essência, da “coisa em si”, da compreensão da realidade, pois segundo o autor, compreender o fenômeno é atingir a sua essência.

Segundo Kosik (1969), pertencem ao mundo da pseudoconcreticidade:

O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à parte dos processos realmente essenciais; O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens (a qual não coincide com a prática crítica revolucionária da humanidade); O mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; O mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens. (KOSIK, 1969, p. 15).

Trabalhando com as categorias essência e aparência, o autor afirma que “o mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde” (KOSIK, 1969, p. 15). O fenômeno manifesta a essência porque é uma parcela dela, mas simultaneamente a esconde, porque nunca revela o todo, somente parcelas. Assim, a coisa em si foge a percepção imediata. Isso está atrelado à forma como a sociedade se organiza, que conduz as pessoas a viverem o cotidiano de um determinado modo. Essa vida cotidiana produz representações (aparência, superficial) que passam à ideia de naturalidade daquela vida cotidiana. Essas representações são diferentes da essência da realidade. Logo, o mundo apresentado ao homem não é o mundo real, mas o mundo das aparências. É nesse sentido que:

A práxis utilitária cotidiana cria “o pensamento comum” – em que são captados tanto a familiaridade com as coisas e o aspecto superficial as coisas quanto a técnica de tratamento das coisas – como forma de seu movimento e de sua existência. O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias. Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na práxis fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real, embora tenha a “consistência” e a “validez” do mundo real: é “o mundo da aparência” (Marx). A representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas (KOSIK, 1969, p. 19).

No mundo da pseudoconcreticidade, o aspecto fenomênico da coisa é tomado como sendo a própria essência – o que leva ao desaparecimento da diferença entre o fenômeno e essência. Todavia, se desejamos chegar a coisa em si, à sua estrutura, é necessário que, antes de mais nada, tenhamos a consciência de que “existe algo suscetível de ser definido como estrutura da coisa, essência da coisa, “coisa em si”, e de que existe uma oculta verdade da coisa, distinta dos fenômenos que se manifestam imediatamente” (KOSIK, 1969, p. 17).

Afinal, se um indivíduo busca a descoberta de uma verdade é porque pressupõe a existência de uma verdade oculta, ou seja, a existência da coisa em si.

Kosik (1969) atribui à ciência e à filosofia o trabalho de desvelar os fatos e fenômenos, pois dado que a coisa em si não se manifesta diretamente aos indivíduos, ela precisa ser descoberta através de um dado processo. Nas palavras do autor: “se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis” (KOSIK, 1969, p.17). Contudo, não é qualquer ciência ou filosofia que é capaz de ultrapassar o mundo da pseudoconcreticidade. Alguns métodos ficam apenas no nível dos fenômenos e por isso mesmo são incapazes de separar o essencial do secundário e, conseqüentemente, de compreender a estrutura das coisas. Essa incapacidade os prende ao mundo das aparências. Como forma de evitar esse tipo de problema, o autor propõe a dialética como um método de estudo dos fenômenos, acreditando que partindo de uma perspectiva dialética seríamos capazes de conhecer a coisa em si. Afinal,

A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma de suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo. O “conceito” e a “abstração” em uma concepção dialética têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa (KOSIK, 1969, p. 18).

Kosik (1969) acredita que a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a coisa em si, a realidade – que para o autor é o mundo da práxis humana. Logo, o mundo real não é o mundo de objetos reais fixados, onde a verdade encontra-se pronta e acabada. Ao contrário, “o mundo da realidade é o mundo da *realização* da verdade, é o mundo em que a verdade não é dada e predestinada, não está pronta e acabada, impressa de forma imutável na consciência humana: é o mundo em que a verdade *devêm*”. (KOSIK, 1969, p. 23). Daí o autor afirmar que a história humana pode ser a história da verdade e que a “destruição da pseudoconcreticidade significa que a verdade não é nem inatingível, nem alcançável de uma vez para sempre, mas que ela se faz: logo, se desenvolve e se realiza” (KOSIK, 1969, p. 23).

Lefebvre (1991) atribui grande importância ao estudo da vida cotidiana, pois este nos auxiliaria a entender como se estabelecem as relações entre os indivíduos, os determinismos, as formas de opressões e os inúmeros elementos impostos pela ideologia da classe dominante, que condicionam e moldam a vida

do homem (mulher). Para isso, Lefebvre (1991) separa a vida cotidiana (realidade concreta, real) da Filosofia (ideal), que serviria para descrever, analisar e criticar o cotidiano.

O método utilizado por Lefebvre inclui a análise crítica e a denúncia social da vida cotidiana do homem comum, com o intuito não só de compreender o grau de condicionamento e subordinação das massas frente às imposições do Estado e dos capitalistas, mas também de construir uma teoria que auxiliasse a unificação das lutas (universal) no combate à ordem estabelecida. Segundo MOREAUX (2013, p. 27), “uma perspectiva sobre a crítica da vida cotidiana permite, em Geografia, testemunhar as assimetrias de poder que têm como consequência aniquilar a liberdade de ação efetiva de numerosos indivíduos”.

Em sua obra, *A vida cotidiana no mundo moderno*, Lefebvre (1991) revela que o Estado e os capitalistas adquiriram um forte poder de domínio sobre o cotidiano da população. Diante disso, a vida cotidiana aprofunda a alienação dos indivíduos, tornando-os passivos e infelizes. O controle sobre o cotidiano aumenta o poder de exploração, opressão e dominação ideológica das classes dominantes sobre toda a sociedade. Todos os âmbitos da vida das massas passam a ser observados e manipulados para atender à interesses externos. Fora o óbvio incremento da exploração (tempo livre tomado pelo consumismo) e da opressão (a substituição da privacidade pelas câmeras de vigilância) essa situação ocasiona um aprofundamento intencional da alienação, que é produzida inconscientemente.

No cotidiano programado, os sujeitos apresentam extrema dificuldade de refletir sobre seus atos e motivações e também sobre o espaço que os cercam. Como aponta Lefebvre:

(...) A alienação adquire um sentido profundo. Ela afasta o cotidiano de sua riqueza. Dissimula esse lugar da produção e da criação humilhando-o e recobrando-o com o falso esplendor das ideologias (...) a alienação social transforma a consciência criadora (...) numa consciência passiva e infeliz (LEFEBVRE, 1991 p. 40).

O cotidiano é a instância em que as condições de manutenção da sociedade são produzidas e reproduzidas diariamente e, por isso, teoricamente, é onde se poderia perceber as contradições e desigualdades de maneira mais evidente. O cotidiano se materializa no espaço, que é o reflexo material da produção e reprodução da sociedade. Logo, de certa forma, o local onde as limitações dessa sociedade deveriam “saltar aos olhos”. No entanto,

Em paralelo deste cotidiano programado, nos tornamos cúmplices da perpetuação das relações de poder estabelecidas. Parece ainda mais difícil lutar contra essa perpetuação do Capital através dos atos cotidianos na medida em que os menores aspectos do cotidiano tornam-se apropriados na lógica mercantil de acumulação (MOREAUX, 2013, p. 27).

Poderíamos expor numerosas passagens em que autores marxistas clássicos, geralmente dirigentes do movimento operário, descrevem como os operários da Europa, apesar de toda miséria intelectual, se tornavam revolucionários socialistas por conta da evidente situação de desigualdade que vivenciavam. A mera constatação de como o trabalho era duro nas fábricas e de como a vida era difícil nos bairros operários os levavam a concluir que apenas a destruição do capitalismo resolveria seus problemas.

Contudo, na contemporaneidade, os sujeitos, tendo suas vidas programadas, apresentam grande dificuldade de conceber, de refletir e de se indagar sobre a sua vida e o espaço que vivenciam. Essa falta de reflexão sobre o que acontece a sua volta e também sobre seus próprios hábitos, comportamentos e crenças perpassa e atinge todas as instâncias da vida.

Não temos diante de nós apenas o recorte e a organização do cotidiano, mas também a sua *programação*. A sociedade burocrática de consumo dirigido, segura de suas capacidades, orgulhosa de suas vitórias, está se aproximando do seu objetivo. Sua finalidade, meio consciente, meio inconsciente, até aqui, torna-se transparente: a cibernetização da sociedade pelo caminho do cotidiano. (LEFEBVRE, 1991, p. 72, grifo do autor).

O filósofo francês chama-nos atenção para a organização e programação do cotidiano voltada, essencialmente, para a questão dos bens de consumo. O que se deu devido às:

(...) exigências da modernidade, de uma sociedade que precisava se adequar ao momento histórico que estava vivenciando. Para tal, cabia à classe dominante o controle do tempo e a regulação das relações sociais, mantendo em alta a ideologia do consumo como fim em si mesmo” (ROCHA, 2012, p. 52).

Ou seja, adequou-se o cotidiano à modernidade. Segundo Lefebvre,

O cotidiano, no mundo moderno, deixou de ser ‘sujeito’ (rico de subjetividade possível) para se tornar ‘objeto’ (objeto da organização social). Enquanto objeto da reflexão, longe de desaparecer (o que poderia ter acontecido se o movimento revolucionário tivesse obtido sucesso), ele, ao contrário, se

reafirmou e se consolidou. (LEFEBVRE, 1991, p. 68) (grifo do autor).

Dessa forma, Lefebvre (1991, p. 68) ressalta várias vezes que “não existe escolha entre modernidade e cotidianidade”. O conceito de cotidiano apenas se modifica e isso o confirma e o reforça. O cotidiano deixa de ser sujeito, pois quando há uma programação a ser seguida, pouco espaço sobra para a subjetividade, a criatividade ou qualquer ato espontâneo. Instaurou-se no imaginário social que há um roteiro a ser seguido e que, somente assim, é possível se alcançar a satisfação ou a felicidade que neste contexto são sinônimos de consumo. Só é pleno aquele que pode consumir. E consumir constantemente. Afinal, a obsolescência programada não atinge apenas a vida útil de certos produtos, mas também o nível de satisfação de cada consumidor frente as novidades que rapidamente tornam objetos ultrapassados e desejos antigos frustrados.

Lefebvre (1991) conceitua a sociedade francesa da época enquanto “sociedade burocrática de consumo dirigido”, explicando que, dessa forma, evidencia-se “(...) tanto o caráter racional dessa sociedade, como também os limites dessa racionalidade (burocrática), o objeto que ela organiza (o consumo no lugar da produção) e o *plano* para o qual dirige o seu esforço a fim de assentar sobre o cotidiano” (LEFEBVRE, 1991, p. 68). O autor segue explicando que:

Não é o consumidor nem tampouco o objeto consumido que têm importância nesse mercado de imagens, é a representação do consumidor e do ato de consumir, transformado em arte de consumir. Ao longo desse processo de substituição e de deslocamento ideológicos, conseguiu-se afastar e até apagar a consciência da alienação, acrescentando-se alienações novas às antigas. (LEFEBVRE, 1991, p. 64).

Dito de outra forma, “por absorver o indivíduo, o cotidiano imprime-lhe as determinações da vida moderna, imprime a operários, a empregados e a técnicos a cultura do consumo, o consumo de todos os bens materiais resultantes ou não das necessidades básicas do homem” (ROCHA, 2012, p. 50).

Cornelius Castoriadis se utiliza dos conceitos de autonomia e heteronomia a fim de elucidar a dinâmica entre a manutenção e a transformação da sociedade. O autor revela-nos que comumente, ao longo da história da humanidade, o indivíduo tem sido formado em heteronomia – que pode ser entendida como determinações externas. Em contraponto à heteronomia, encontra-se a autonomia - que configura-se como o domínio do consciente sobre o inconsciente.

De acordo com Souza (2017):

Voltando à conceituação de autonomia oferecida por Cornelius Castoriadis, é preciso diferenciar, a propósito dela, entre a autonomia individual e a autonomia coletiva. Ocorre que, como Castoriadis mais de uma vez ressaltou, não há indivíduos autônomos em qualquer sentido politicamente digno de nota, sem uma sociedade autônoma (...) A autonomia individual se refere, resumidamente, ao que poderia se chamar de a capacidade de indivíduos adultos para estabelecer, lucidamente, fins (...) para sua própria existência. (...) a autonomia coletiva se fundamenta em instituições que permitam justamente, que venham a existir indivíduos autônomos, livres e educados para a liberdade – e que animem e defendam essas instituições (SOUZA, 2017, p. 311-312).

Desse modo, vemos que a diferenciação de autonomia e heteronomia é estabelecida em relação ao poder de legislar ou deliberar, sobre si próprio. Apesar de possuímos certa capacidade individual de decidirmos por nós mesmos, de acordo com nossos interesses, muitas vezes, esse processo é interrompido e desviado por fatores exteriores. “Ao longo desse processo, pulsões são sublimadas e os indivíduos vão sendo ‘fabricados’ ao serem ‘modelados’ por diversas camadas de injunções e condicionamentos propriamente sociais” (SOUZA, 2017, p. 317). As instituições da sociedade impõem padrões de comportamento e esses padrões podem ir, ou não, ao encontro dos hábitos e interesses do indivíduo em questão. Contudo, ao se passar anos vivendo sob as mesmas instituições, existe uma grande tendência a adaptar-se para sobreviver. Nesse caso, adaptar-se significa aceitar, como seus, interesses exteriores, impostos por estas instituições.

O que existe então é uma luta de “vontades”. De um lado, a luta individual e, do outro, a institucional. Uma luta que visa à autodeterminação de um polo e à consequente submissão do outro. Nesse sentido, poderíamos dizer que a questão pode ser reduzida à questão do poder. Souza (2015), salienta que:

Para Castoriadis, a visão de uma sociedade sem nenhum poder e sem leis/normas é uma “ficção incoerente”; o que faz sentido, para ele, é empenhar-se na luta por uma sociedade sem dominação, sem assimetrias estruturais e sem hierarquias instituídas e sancionadas por um aparelho de Estado (crystalização de uma separação estrutural entre dirigentes e dirigidos) (SOUZA, 2015, p. 82-83).

Ou seja, Castoriadis (1982) não vê sentido em uma sociedade sem nenhuma forma de autoridade ou poder, como geralmente é retratada uma possível sociedade anarquista – o que de modo algum significa que se uma

sociedade sem autoridade é uma fantasia, devemos, logicamente, nos adaptarmos a atual situação de extrema disparidade de poder, onde poucos mandam e muitos se submetem.

(...) Cornelius Castoriadis sublinhou a necessidade de um entendimento mais abrangente do que seja o poder. (...) O poder pode, com efeito, ser heterônomo, ou seja, ter haver com a *heteronômia*, com a imposição do *nómos* de cima para baixo ou de fora para dentro, inclusive com o respaldo decisivo daquilo que, em contraste com o “poder explícito” (*pouvoir explicite*), Castoriadis denominava “inrapoder implícito” (*inrapouvoir implicite*) – crença em leis e normas de “origem divina”, em tabus religioso, em determinismo naturais; enfim, em fontes *extrassociais* do poder (SOUZA, 2015, p. 60).

Como podemos ver, com essa nova concepção de poder, a antiga dicotomia entre a submissão e a autoridade externa ou o sonho irrealizável se dilui numa nova oposição entre instituições dominadoras, que subjugam os indivíduos, ou instituição submetidas à indivíduos autodeterminados. A verdadeira liberdade, consistiria em ter poder sobre si próprio e sobre as instituições e não o inverso. Para o autor, “a liberdade é antes de tudo o caráter que tem minha ação de ser determinada, na sua existência e no seu conteúdo, por mim [autonomia], enquanto que a ausência de liberdade reside no fato de que minha conduta é determinada por outros que não eu mesmo [heteronomia]” (LOBO, 2011, p.139). Em outras palavras, a heteronomia está ligada à:

(...) adoção maciça de crenças sociais e por uma cisão na relação entre sua imaginação radical e sua consciência. Isso conduz a um fechamento (...) do sentido. Baseada em uma completa repressão e na crença como um tipo de pensamento, a heteronomia individual é o correlato e a consequência da heteronomia de parte da sociedade (LOBO, 2011, p. 44).

Mergulhados em um profundo processo de heteronomia, a sociedade toma para si um conjunto de leis e valores, sem sequer conhecer sua fonte social. Ou seja, cada indivíduo toma para si determinações externas, cuja natureza, na maior parte das vezes, ele desconhece. “Se à autonomia, à legislação ou à regulação por si mesma, opomos a heteronomia, a legislação ou a regulação pelo outro, a autonomia é minha lei, oposta à regulação pelo inconsciente que é uma lei outra, a lei do Outro, que não eu” (CASTORIADIS, 1982, p.124). Logo, a heteronomia dá lugar à autonomia quando o discurso do outro passa ser discurso próprio. Não que o discurso do outro seja totalmente eliminado. O que ocorre é o

estabelecimento de uma outra relação entre os discursos. Redefine-se as determinações externas de acordo com os valores e interesses próprios.

A situação atual de nossa sociedade, de dominância do capital mundial, foi caracterizada por Castoriadis como “como sendo de anemia criativa, de embrutecimento e estupidificação, de ‘conformismo generalizado’” (SOUZA, 2017, p. 345). Uma realidade de heteronomia extrema, onde por todos os lados a autodeterminação do indivíduo é minada pela repressão das pulsões, pela ingerência das instituições, pela adaptação do indivíduo às vontades exteriores que ele desconhece.

Em sua obra *A Geografia- Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, Lacoste (2014) inicia o debate acerca da importância e utilidade dos conhecimentos geográficos, ressaltando, já no título da obra, que esta serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. O autor destaca que, apesar da grande potencialidade inerente à Geografia, esta recebe um tratamento rebaixado frente a seu valor pela grande maioria da população – fato que Lacoste (2014) denomina como miopia ou sonambulismo espacial. Essa miopia ou sonambulismo caracteriza-se, principalmente, pela falta de conhecimento e interesse do homem comum pelos fenômenos geográficos. O geógrafo francês destaca que:

É preciso, pois, procurar quais podem ser as causas dessa miopia, dessa falta de interesse em relação aos fenômenos geográficos e, sobretudo, compreender por que seu significado político escapa geralmente a toda gente, salvo aos estados-maiores militares ou financeiros que, estes sim, estão perfeitamente conscientes (LACOSTE, 2014, p. 41).

Para Lacoste (2014), apenas o Estado e os capitalistas escapariam a esse sonambulismo espacial, pois reconheceriam a utilidade dos conhecimentos geográficos, utilizando-os em seu próprio benefício e adquirindo vantagens sobre os demais indivíduos e territórios. Além disso, estes, também seriam beneficiados por possuírem uma visão articulada do espaço enquanto o homem (mulher) comum possui uma visão fracionada. Segundo o autor, os cidadãos comuns:

Só se conhecem bem dois lugares, dois barros (aquele onde se dorme e aquele onde se trabalha); entre os dois existe, para as pessoas, não exatamente todo um espaço (ele permanece desconhecido, sobretudo se é atravessado dentro de um túnel ou metrô, mas, melhor dizendo, um tempo, o tempo de percurso, pontuado pela enumeração dos nomes de estações. (LACOSTE, 2014, p. 44).

Por serem os principais detentores do poder, o Estado e os capitalistas possuem uma visão integrada do espaço, dada pela intervenção articulada em vários lugares. A população, em geral, ficaria com sua visão limitada aos lugares abarcados em sua vivência cotidiana. Essa visão fragmentada do espaço contribui para a miopia espacial à medida em que o cidadão comum não consegue fazer uma leitura geográfica elaborada das relações sociais e da produção do espaço. Nessa visão limitada, acabamos encarando os problemas como pontuais. Há uma incapacidade de articular vários acontecimentos dispersos no espaço, o que impede o cidadão comum de formular análises gerais e que dificulta também a compreensão das relações entre acontecimentos de diferentes escalas.

Lacoste (2014) esclarece-nos ainda sobre um outro fator determinante ao sonambulismo espacial, a existência de duas Geografias:

Uma de origem antiga, a geografia dos Estados-maiores, é um conjunto de representações cartográficas e de conhecimentos variados referentes ao espaço; esse saber sincrético é claramente percebido como eminentemente estratégico pelas minorias dirigentes que o utilizam como instrumento de poder. A outra geografia, a dos professores, que apareceu há menos de um século, se tornou um discurso ideológico no qual uma das funções inconscientes é a de mascarar a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço. Não somente essa geografia dos professores é extirpada de práticas políticas e militares como de decisões econômicas (pois os professores nisso não tem participação), mas ela dissimula, aos olhos da maioria a eficácia dos instrumentos de poder que são as análises espaciais. Por causa disso, a maioria no poder tem consciência de sua importância, é a única a utilizá-las em função dos seus próprios interesses e esse monopólio do saber é bem mais eficaz porque a maioria não dá nenhuma atenção a uma disciplina que lhe parece tão perfeitamente “inútil” (LACOSTE, 2014, p. 31-32).

A difusão da chamada Geografia dos professores deu-se na forma de um discurso pedagógico de caráter enciclopédico, que exaltava a memorização de elementos isolados, como vegetação, clima e relevo, negligenciando a trama política de tudo que dizia respeito à produção e à reprodução do espaço. Em âmbito militar, os oficiais também enumeram diversos elementos como relevo, vegetação, rios e população. A diferença fundamental está no fato de que eles sabem para o que pode servir esse conhecimento, ao passo que alunos e muitos professores desconhecem. Cabe destacar que esse ocultamento, segundo Lacoste (2014), não resulta de um projeto docente espontâneo e intencional. “Se eles participam da mistificação, eles próprios são mistificados” (LACOSTE, 2014, p. 34). Além disso, o autor enfatiza que a Geografia dos professores não é o único

mecanismo ideológico capaz de dissimular que o conhecimento referente ao espaço é um temível instrumento de poder. Em alguns países o ensino de Geografia nem mesmo faz parte do currículo da Educação Básica, como é o caso, por exemplo, dos Estados Unidos.

Lacoste (2014) afirma que dentre as muitas formas de representação do espaço, a Geografia, também se tornou espetáculo, onde a ideologia do turismo faz dela uma das formas de consumo de massa. Por trás disso há todo um condicionamento cultural que nos “coloca em posição de passividade, de contemplação estética, e que repele para ainda mais longe a ideia de que alguns podem analisar o espaço segundo certos métodos” (LACOSTE, 2014, p. 35) a fim de elaborar novas estratégias, tirando proveito disso a seu favor. Seja a Geografia dos professores ou a Geografia-espetáculo, ambas levam aos mesmos resultados:

1-Dissimular a ideia de que o saber geográfico pode ser um poder, que certas representações do espaço podem ser meios de ação e instrumentos políticos; 2- Impor a ideia de que o que vem da geografia não deriva de um raciocínio, sobretudo nenhum raciocínio estratégico conduzido em função de um jogo político. A paisagem! Isso se contempla, isso se admira: a lição de geografia! Isso se aprende, mas não há nada para entender. Uma carta! Isso serve para quê? É uma imagem para agência de turismo ou o traçado do itinerário das próximas férias. (LACOSTE, 2014, p. 35)

Acompanhando a argumentação de Lacoste (2014) começamos a compreender as causas por trás do sonambulismo espacial, visto que a Geografia escolar é a principal ponte de acesso do homem ordinário aos conhecimentos geográficos e, esta, pouco contribui para a formação de uma consciência espacial. Mas como o autor deixa claro, essa miopia ou sonambulismo não se dá de forma totalmente generalizada. A Geografia é tida como um saber estratégico para muitos Estados e em alguns deles chegou-se a reservar mapas e documentos estatísticos apenas à seus dirigentes. O autor relata que na antiga União Soviética os alunos de Geografia faziam seus trabalhos sobre cartas fictícias. No entanto,

(...) na maioria dos países de regime democrático, a difusão de cartas, em qualquer escala, é completamente livre, assim como as do plano da cidade. As autoridades perceberam que poderiam coloca-las em circulação, sem inconveniente. Cartas, para quem não aprendeu a lê-las e utilizá-las, sem dúvida, não tem qualquer sentido, como não teria uma página escrita para quem não aprendeu a ler. Não que o aprendizado da leitura de uma carta seja uma tarefa difícil, mas é ainda preciso que se veja

o interesse em práticas políticas e militares (LACOSTE, 2014, p. 38).

De fato, esse analfabetismo cartográfico contribui e muito para o aprofundamento desse sonambulismo. É difícil se interessar por aquilo que não conseguimos compreender. Então num primeiro momento poderia se pensar: deixem as cartas para os militares! Afinal, ao homem comum pouco interessa estratégias de guerra. No entanto, quando Lacoste (2014) afirma que a Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra, isso não significa que ela serve somente para isso. O autor chama atenção para suas funções ideológicas e políticas, uma vez que, além de conduzir operações militares, a Geografia serve para organizar territórios, “não somente como previsão das batalhas (...) mas também para melhor controlar os homens sobre os quais o aparelho de Estado exerce sua autoridade” (LACOSTE, 2014, p. 23).

Se, no entanto, o analfabetismo cartográfico possui sua parcela de culpa, a falta de interesse nas práticas políticas e militares torna-se fator determinante do sonambulismo espacial. Sofre-se de uma despolitização, onde no imaginário social permanece ainda em larga escala a noção de que a política restringe-se ao trabalho dos políticos quando, na verdade, a política perpassa todas as esferas da vida. Tudo que gera lucro ou que garante a segurança da apropriação privada do lucro é do interesse do Estado e dos capitalistas. Permanecer alheios a essas questões, no mínimo, dificulta as análises que nos revelam as melhores formas de intervenção para lutar pelos interesses das classes dominadas.

Saindo da escala de atuação militar, para focarmos especificamente na escala da cidade, os questionamentos levantados por Lacoste (2014) parecem ganhar ainda mais relevância, pois os problemas que aí se colocam afetam diretamente a vida cotidiana da população.

Numa outra escala, a dos problemas que se colocam na cidade, é surpreendente constatar a que ponto os habitantes (e mesmo os mais preparados politicamente) se acham incapacitados de prever as consequências desastrosas que acarretarão tal plano de urbanismo, tal empresa de renovação, que no entanto, lhes concerne diretamente. As municipalidades, os promotores estão agora tão conscientes dessa incapacidade que eles não hesitam mais em praticar o “acordo” e de apresentar os planos dos futuros trabalhos, pois as objeções são raras e fáceis de iludir. Deveras, as representações espaciais só tem verdadeiro significado para aqueles que as sabem ler, e esses são raros; dessa forma, as pessoas não irão perceber até que ponto foram enganadas, senão após o término dos trabalhos, quando as modificações se tornarem irreversíveis, em boa parte. (LACOSTE, 2014, p. 40)

Se é necessário um conhecimento, ainda que mínimo, para saber ler e interpretar uma carta, o mesmo acontece quando deslocamos nosso interesse para os planos de urbanismo de uma cidade. A capacidade do homem ordinário para analisar e compreender tais projetos é tão pífia que normalmente não há sequer o interesse em conhecer tais projetos. E quando se toma conhecimento, não há poder de análise suficiente para saber quais impactos serão gerados para cada segmento social.

Para exemplificarmos um pouco essa questão, podemos citar o projeto de construção de um mega-shopping no município de Duque de Caxias, zona metropolitana do Rio de Janeiro. O conhecimento da chegada de um novo shopping é encarado pela grande parte da população como um fator positivo. Um shopping traz consigo as representações de desenvolvimento e prosperidade. Apenas uma pequeníssima parcela da população, engajada em movimentos sociais, é contra a construção do empreendimento devido aos possíveis impactos que sofreria a cidade, como falência de comerciantes locais, saturação do trânsito, agravamento do problema de falta de água, dentre outros. É justamente nesse sentido que queremos destacar a questão da miopia e do sonambulismo espacial. Como um fenômeno que atinge grande parte da população e que contribui para a aceitação e manutenção do atual estado das coisas.

3.2

Expressões artísticas e culturais.

Além dos conceitos acadêmicos, diversas expressões artísticas e culturais, trazem em si a denúncia sobre o intenso estado de alienação e servilismo em que vivemos. Trouxemos algumas amostras para analisarmos e salientarmos que não são apenas os pesquisadores, em momentos de lucidez, que percebem o que está acontecendo a sua volta. As críticas são demasiadamente diversas e vão das mais às menos elaboradas, dialogando cada uma à sua maneira com a população.

Pitty (2003), canta em admirável chip novo, versos que nos remetem imediatamente aos conceitos lefebvrianos de cotidiano programado e sociedade burocrática de consumo dirigido:

Pane no sistema, alguém me desconfigurou; Aonde estão meus olhos de robô; Eu não sabia, eu não tinha percebido; Eu sempre achei que era vivo; Parafuso e fluido em lugar de articulação; Até achava que aqui batia um coração; Nada é orgânico, é tudo programado; E eu achando que tinha me libertado; Mas lá vem eles novamente e eu sei o que vão fazer; Reinstalar o sistema;

Pense, fale, compre, beba; Leia, vote, não se esqueça; Use, seja, ouça, diga; Tenha, more, gaste e viva; Pense, fale, compre, beba; Leia, vote, não se esqueça; Use, seja, ouça, diga; Não senhor, sim senhor, não senhor, sim senhor; Pane no sistema, alguém me desconfigurou; Aonde estão meus olhos de robô?; Eu não sabia, eu não tinha percebido; Eu sempre achei que era vivo; Parafuso e fluido em lugar de articulação; Até achava que aqui batia um coração; Nada é orgânico, é tudo programado; E eu achando que tinha me libertado; Mas lá vem eles novamente e eu sei o que vão fazer; Reinstalar o sistema; Pense, fale, compre, beba; Leia, vote, não se esqueça; Use, seja, ouça, diga; Tenha, more, gaste e viva; Pense, fale, compre, beba; Leia, vote, não se esqueça; Use, seja, ouça, diga; Não senhor, sim senhor, não senhor, sim senhor; Mas lá vem eles novamente e eu sei o que vão fazer; Reinstalar o sistema (Pitty, 2003⁷).

A música brinca com a ideia de um indivíduo que parece tomar consciência do estado de alienação em que vive: “Eu não sabia, eu não tinha percebido; Eu sempre achei que era vivo”. Isso mostra uma das premissas do capitalismo, que é justamente passar essa (falsa) sensação de liberdade e vivacidade. “A sociedade do consumo ergue-se como um sistema que aliena o indivíduo, mesmo que apresente um discurso de gozo e de libertação” (MOREAUX, 2013, p. 28). Imersos no cotidiano programado, agimos como um robô que segue sua programação e, cada vez mais, passamos de cidadãos a consumidores. Consumindo, nos tornamos vivos, ativos. Consumo, logo existo.

“Use, seja, ouça, diga, tenha, more, gaste e viva, pense, fale, compre, beba, leia, vote, não se esqueça”. É isso o que Lefebvre (1991) denomina de repetição linear. É isso que faz com que a massa tenha sua liberdade de ação sufocada. Há uma programação a ser seguida. Programação que fora internalizada, com êxito, dentro de cada um de nós. É verdade que em certos momentos - “Pane no sistema; Alguém me desconfigurou” - tomamos consciência do que está havendo. E são, justamente, nesses momentos em que há a crítica, a denúncia, a mobilização. No entanto, o capitalismo é ardil e tem suas artimanhas para voltarmos ao nosso estado de sonambulismo diário. A música também nos alerta para isso: “Mas lá vem eles novamente e eu sei o que vão fazer, reinstalar o sistema”.

Vejamos, também, a música Rotina, da banda Titãs⁸:

Acorda cedo para ir trabalhar; E o relógio de ponto a lhe observar; No lar esposa e filhos a lhe esperar; Sua cabeça dói,

⁷ Álbum: Admirável chip novo, 2003.

⁸ Álbum: As dez mais, 1999.

um dia vai estourar; Com essa rotina, rotina; Rotina, rotina. Sua cabeça dói, não consegue pensar; E as quatro paredes a lhe massacrar; Daria tudo pra ver o que acontece lá fora; Mesmo sabendo que não iria suportar; Essa rotina, rotina; Até quando ele vai aguentar?; Até quando ele vai aguentar?; No lar a sua esposa lhe serve o jantar; E os filhos brincam na sala de estar; Levanta da poltrona e liga a TV; Chegou a hora do programa começar; Rotina, rotina; O homem da TV lhe diz o que fazer; Lhe diz do que gostar, lhe diz como viver; Está chegando a hora de se desligar; A sua esposa lhe convida para o prazer; Rotina, rotina. (Titãs, 1999).

Aqui já se expressa de forma mais clara o mal-estar causado pela existência alienada, um mal-estar que aparece para nós, muitas vezes, como insatisfação com nossa vidinha comum, ou uma vida cíclica, como um eterno retorno. O incômodo está lá, sempre junto com as outras repetições e permanências do cotidiano. Mas como não somos capazes de descobrir sua causa ou razão atribuímo-lo às circunstâncias ou às nossa escolhas. Contudo, pode ser esse mesmo mal-estar o que impede o homem comum de ignorar a sua situação desesperadora de subjugação. Quando o incômodo cresce à ponto de não poder mais ser ignorado, nos vemos obrigados a reavaliar tudo e aí, nesse instante, alguém pode procurar as causas dos seus infortúnios no funcionamento da sociedade e não mais em causas particulares e fortuitas.

O poeta alemão, Bertolt Brecht, faz um convite para o despertar do sonambulismo político no qual vivemos, através de seus versos:

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural. Nada deve parecer impossível de mudar.

A poesia brechtiana faz um apelo a todos os que o leem: desconfiar; examinar; não tomar como natural para, conseqüentemente, não tomar como inquestionável e, principalmente, imutável. Essa é a atitude típica de um inconformado. Mas, talvez esteja na hora de pararmos de nos culpar por tudo o que há de errado e repugnante na vida. Talvez, só talvez, a culpa não seja dos desgraçados e humilhados. E se a culpa for dos bem-aventurados? Se são eles que como vampiros sugam o nosso sangue e se alimentam da nossa dor? Se isso for verdade, então, quando todos perceberem o que está acontecendo, poderemos dar fim aos parasitas, buscando restaurar a saúde dos nossos corpos hospedeiros, já doentes e cansados.

Outra forma bem popular de expressar a insatisfação com o *status quo* são os grafites e pichações. Por meio de desenhos, frases ou palavras de ordem, os artistas de rua grafam a cidade, evidenciando as assimetrias de poder; denunciando o estado de barbárie a qual estamos “acostumados”.

Geralmente as pichações, raramente os grafites, são por si só uma transgressão, já que quando feitos sem autorização, são considerados, pelo Estado, pequenos delitos. Como podemos ver na figura 26, e em várias pichações espalhadas pelas cidades, a maioria apresenta críticas sociais. “A miséria não acaba, porque dá lucro”. Em meio a cidade, onde coexistem jegues e jatos⁹, o muro revela uma verdade que permanece cotidianamente ocultada, naturalizada sob o véu do mundo das aparências.

Na figura 27, vemos um grafite do britânico Banksy que, além de pintor e diretor de cinema, é ativista político e artista de rua. Seus grafites são famosos e estão espalhados por várias cidades ao redor do mundo. Satíricos e subversivos, trazem sempre uma crítica social. No grafite que trouxemos (ver figura 27), no lugar da cabeça dos sujeitos, há uma televisão – crítica à manipulação da grande mídia e da influência exacerbada que a mesma exerce sobre a vida da população em geral.

Figura 26: Pichação.

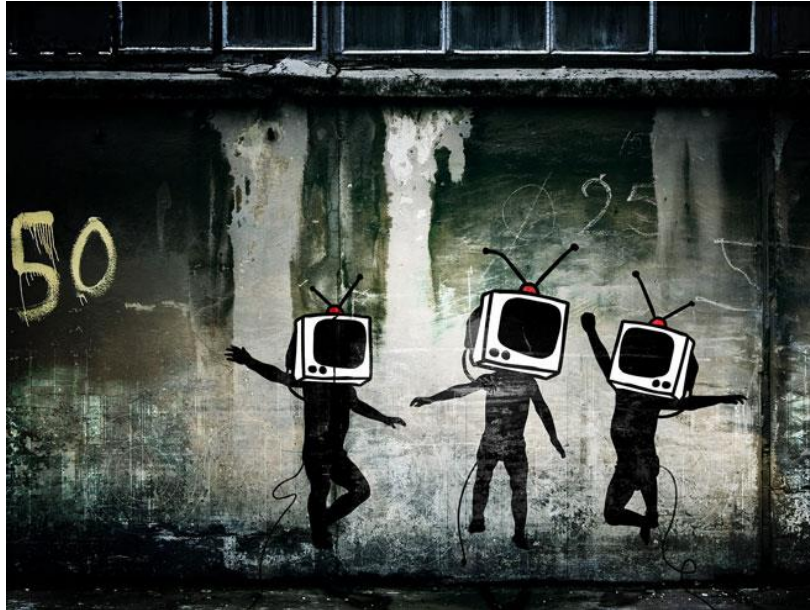


Fonte: Site olhe os muros¹⁰. Acesso em: 16/03/2019

⁹ Referência ao texto “Das coisas sem serventia, uma delas é a Geografia”, de Manoel Fernandes de Sousa Neto.

¹⁰ <http://olheosmuros.com.br/post/10492106692/a-mis%C3%A9ria-n%C3%A3o-acaba-porque-d%C3%A1-lucro-praia>

Figura 27 – Tv heads, de Banksy.



Fonte: <http://ativarsentidos.com.br/visao/nao-ha-limites-para-banksy>
Acesso em: 27/03/19

Um outro tipo de expressão artística são as charges, que, por vezes, trazem mensagens bem parecidas a das pichações e grafites. O chargista, por sua vez, diferente do artista de rua, tem o seu trabalho reconhecido socialmente como algo legítimo e dentro da lei. Alguns chargistas, inclusive, têm seus trabalhos publicados em jornais diários e de circulação nacional. Na figura 28, o chargista deixa uma mensagem: não se deixe manipular! Aqui fica explícito a crítica à manipulação midiática. De fato, o espectador, sentado em frente à TV, torna-se um tipo de marionete, por acabar não checando as fontes e a confiabilidade das informações veiculadas.

Figura 28 – Charge sobre manipulação midiática.



Fonte: <http://www.filosofia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=290&evento=3>

Independentemente do tipo ou da crítica social materializada em forma de arte, o que queremos é chamar atenção para o momento de suspensão do amoldamento social. Por alguns instantes, os artistas parecem conseguir enxergar a vida com mais nitidez, tal como ela é. Segundo Carvalho (2012, p. 27), “a intensidade de uma grande paixão, um grande amor, o trabalho livre e prazeroso, uma intensa motivação do homem pelo humano genérico resultam na suspensão do cotidiano”. Ou seja, nos momentos de criação, o artista elava-se acima da cotidianidade. Daí, talvez, resulte a brilhante lucidez dos artistas em suas criações - que desnudam a realidade, apresentando-a tal como ela é.

Poderíamos fazer uma investigação mais profunda, sinalizando filmes, documentários, peças teatrais, esculturas e diversas outras formas de arte que trazem em sua essência a crítica ao que aqui convencionamos chamar de amoldamento social. No entanto, não é esse o foco de nossa investigação. Essa pequena amostra é apenas uma forma de ilustrarmos o que estamos defendendo e, é claro, corroborarmos a ideia de que é possível, ainda que temporariamente, suspendermos o cotidiano programado, alienado e alienante. Martins (2017), afirma que há uma:

(...) instabilidade permanente da vida cotidiana, sujeita aos choques que estabelecem descontinuidades (...) Essas descontinuidades também são constatadas pelas interpretações dialéticas. Ainda que de outro modo, não é delas que nos fala a

teoria da alienação? Não é delas que nos fala Karel Kosik quando proclama a cisão da práxis (e da consciência) em práxis utilitária cotidiana e práxis revolucionária? Elas aparecem, porém, de modo mais rico nas interpretações de Agnes Heller e Henri Lefebvre. Mais neste do que naquela. Em ambos, nos momentos de elevação acima da cotidianidade; nos momentos superiores, criadores e privilegiados, em contraste com os instantes banais da vida cotidiana (MARTINS, 2017, p. 56).

Ressaltamos, novamente, que não estamos falando em desalienação, nem em superação da cotidianidade. Não negamos a possibilidade de tais situações ocorrerem, contudo, acreditamos que seria preciso a conjunção de muitos acontecimentos para se chegar alcançar uma suspensão definitiva do amoldamento social. No entanto, assim como existem centenas de evidências apontando para processos de conformação do indivíduo ao que as instituições sociais desejam dele, também são muitos os casos registrados, onde momentaneamente, grupos inteiros se negam a agir de acordo com as expectativas. Como já foi dito antes, essas explosões de revolta social são efêmeras e também impactantes. Martins (2017) reafirma nossas conclusões ao dizer que o reforço do conformismo, acaba levando a explosões de inconformismo. Por isso, caracterizar e compreender o amoldamento social serve, também, para levantarmos pistas que revelem em que condições essas fraturas ficam aparentes.

3.3

Amoldamento social: uma concepção unificadora.

Procurando criar uma concepção unificada dos conceitos: alienação, pseudoconcreticidade, heteronomia, cotidiano programado e sonambulismo espacial, chegamos a um conceito unificador, *amoldamento social* - termo que nos parece adequado para englobar um fenômeno bem presente na contemporaneidade. Ao colocar em diálogo os cinco conceitos apresentados, identificamos que todos, cada um à sua maneira, convergem para um mesmo eixo central: a total falta de sentido da vida, ou ainda, uma espécie de crise cognitiva, preguiça intelectual. Em “*A sociabilidade do homem simples*”, Martins (2017, p. 09) também se propõe a “tratar da vida social do homem simples e cotidiano, cuja existência é atravessada por mecanismos de dominação e de alienação, que distorcem sua compreensão da História e do próprio destino”.

Os indivíduos seguem suas rotinas, mas falta algo. Algo que dê sentido a cada uma das tarefas realizadas cotidianamente. Por isso, chamamos atenção para o fato dos indivíduos não fazerem autocrítica. Quando fazem, nem sempre

conseguem chegar ao cerne da questão. De certa forma, “todos nós somos esse homem que não só luta para viver a vida de todo dia, mas que luta também para compreender um viver que lhe escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse um viver destituído de sentido” (MARTINS, 2017, p. 09). Temos aí um indivíduo alheio às suas próprias motivações. Alheio às próprias causas que guiam o seu pensar (ou não pensar) e o seu agir. Um indivíduo que vai seguindo uma espécie de roteiro, sem saber e que toma para si um conjunto de crenças e valores alheios que determinam a sua conduta. Um sujeito que é moldado desde a infância até a velhice. Vivemos um período de desumanização do homem, onde este aparece cada vez mais coisificado, banalizado e manipulado, moldado.

Nesse sentido, entendemos por amoldamento social todo o conjunto de processos e mecanismos que, de forma proposital ou não, moldam a forma como os sujeitos enxergam e agem no mundo. Ou seja, processos e mecanismos que moldam a consciência dos sujeitos, naturalizando fenômenos sociais, produzindo aceitação, conformismo e a (falsa) sensação de imutabilidade do sistema vigente. Segundo Iasi (2013):

Submetidos à sociabilidade do capital, interiorizamos as relações de poder na forma de uma representação que as toma como naturais e imutáveis. Nossa consciência imediata assume uma forma particular da realidade como se fosse a realidade, que sempre foi e sempre será assim (IASI, 2013, p. 42).

A naturalização dos diversos fenômenos sociais, apontada por Iasi (2013) e também por Kosik (1969), ao tratar do mundo das aparências no qual vivemos, sem dúvida, é uma das principais características do amoldamento social. Escolhemos a palavra “amoldamento” justamente por significar “ajustar-se ao molde” e ter como sinônimo os seguintes termos: acomodação, adaptação, adequação, ajustamento, conformação.

Quando se fala em classes dominantes e dominadas, pode parecer que está se falando de algo mais articulado do que realmente é. Que está sendo dito que por trás de todo o aumento no preço do feijão existe um complô dos políticos com os ricos e os bancos estrangeiros. Todos se sentam em volta de uma mesa a meia luz enquanto tomam champanhe e riem da miséria dos pobres. No entanto, quando substituimos as fantasias pela análise crítica, vemos que muitos dos efeitos da dominação de classe no capitalismo fogem ao controle da própria classe dominante.

“Na análise de Marx, a dominação social no capitalismo, no seu nível mais fundamental, não consiste na dominação das pessoas por outras pessoas, mas na dominação das pessoas por estruturas sociais abstratas constituídas pelas próprias pessoas” (POSTONE, 2014, p. 46). Concordamos com a análise de Marx, principalmente no que diz respeito à natureza elementar da alienação. No entanto, acreditamos que classe dominante consegue reforçar a alienação das classes dominadas.

Existe então duas formas de se moldar o pensamento do sujeito, uma é intencional e a outra não intencional. A forma não intencional é na verdade inconsciente e está ligada aos fundamentos socioeconômicos da sociedade, sendo esta, a própria alienação. A alienação é inerente ao capitalismo e atinge a todos, independentemente de sua classe social. A forma intencional, por sua vez, diz respeito às tentativas propositais de se moldar a consciência dos sujeitos para que se adaptem melhor aos interesses das classes dominantes.

O fato de que no capitalismo toda a sociedade funcione para beneficiar apenas os donos do capital, acaba por alienar a sociedade por inteiro. Todos os sujeitos dessa sociedade têm a sua forma de ver o mundo influenciada por esse fato. É importante salientarmos que a alienação, além de afetar a todos, não foi “criada” intencionalmente por ninguém. No entanto, é possível aproveitar-se desse processo já existente - a alienação - para criar estratégias que reforcem ou direcionem essa alienação. Com o conceito de amoldamento social, pretendemos tratar, simultaneamente, tanto das formas intencionais, como das não intencionais, pois, ao nosso ver, uma forma possui extrema ligação com a outra.

O amoldamento social, seja ele intencional ou não, está relacionado estreitamente com a organização do espaço. O modo de funcionamento socioeconômico de uma sociedade está materializado no espaço que ela produz. Por consequência, a própria configuração do espaço molda a nossa forma de entender o mundo. A revitalização de certas áreas da cidade e o consequente processo de gentrificação, por exemplo, deixam claro para toda população o tipo de público que deve ou não frequentar determinada área. Aí, sem dúvida, a dominação simbólico-ideológica tem um papel fundamental.

No que se refere à dominação simbólico-ideológica, iremos nos apoiar em Aguiar (2012), que trabalha com diversos modos possíveis de dominação simbólica. O autor afirma que “Marx e Engels definem a burguesia como a classe economicamente dominante (...), mas também assumem-na como classe ideologicamente dominante” (AGUIAR, 2012, p. 66). Partindo dessa premissa, Aguiar (2012) se põe a compreender como o campo cultural constrói o

consentimento em relação ao campo econômico, junto às classes dominadas. Esse processo de dominação ideológica também pode ser visto em Mészáros (2012; 2016), que destaca em suas obras os processos de internalização e inculcamento ideológico. Para o autor, “a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema” (MÉSZÁROS, 2012, p. 44).

Retomando Aguiar (2012), o mesmo destaca, ainda, o advento do modernismo, que inclui a:

Fragmentação; (...) cisão entre actos da vida cotidiana dos processos sociais complexos que o enquadram; (...) a redução da experiência a uma série de presentes puros e desconexos entre si; (...) imediatismo de eventos; (...) sensacionalismo do espetáculo; (...) perda de consciência do tempo histórico; (...) à banalização e à aceitação de fenômenos considerados como social e humanamente degradantes (AGUIAR, 2012, p. 84).

Todos esses pontos destacados na citação de Aguiar (2012) fazem parte da configuração da vida cotidiana. Bem como a alienação, a pseudoconcreticidade, o cotidiano programado, a heteronomia e o sonambulismo espacial. Procuramos integrar esses cinco conceitos a fim de facilitar nosso entendimento frente a um processo que, apresentando-se sob diferentes maneiras, regula a vida em si. Em todos os casos, o que se denuncia, essencialmente, é a perda das “rédeas” da vida, que vai sendo dirigida por gestos automáticos, mecânicos. E como nos alertava Pitty (2013) em sua canção: “nada é orgânico, é tudo programado”.

3.4

Espaços de Amoldamento Social

Segundo Paracelso (1951, p.181), “a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice”. Isso nos lembra que a aprendizagem ultrapassa, e muito, os espaços formais de ensino. De fato, acreditamos que durante nossa vida não há um dia, sequer, que não sejamos educados; Que não aprendamos algo. Isso se dá por diversas maneiras, indo das mais simples, até as mais elaboradas. A aprendizagem ocorre cotidianamente através das nossas experiências pessoais e da nossa interação com o outro e com o meio em que vivemos.

Nesse processo de aprendizagem, as instituições cumprem um papel fundamental, pois são elas a encarnação dos objetivos e métodos de uma

sociedade. O espaço, por sua vez, funciona como materialização, concretização, dessas instituições, assim como os sujeitos que a fazem funcionar. Essas instituições, no entanto, só têm influência sobre os indivíduos caso esses, de certa forma, aceitem essa influência. Essa aceitação nem sempre vem de dentro ou pacificamente, mas é ela que garante o poder sobre os corpos e mentes dos indivíduos.

Há tempos já é estudado o papel que as instituições de poder exercem na sociedade e, também nós, dedicaremos atenção a elas, enquanto espaços de amoldamento social. Ou seja, espaços criados e articulados para adestrar os corpos e moldar as mentes dos indivíduos. Foucault (2009), na modernidade, chama atenção para a sociedade disciplinar e os modos como seus mecanismos eram usados para controlar os corpos (e mentes). Pode-se dizer que as sociedades disciplinares são essencialmente arquiteturas, pois nelas o modelo Panóptico é dominante.

Com isso, não queremos dizer que as outras formas de sociedade não produzem suas próprias arquiteturas. Pelo contrário, acreditamos que uma possível sociedade mais livre produziria espaços que valorizariam e encorajariam o desenvolvimento da liberdade individual, o que não é o caso na atualidade.

Mas qual é, afinal de contas, a relevância da dimensão espacial da sociedade para o “projeto de autonomia”? (...) o espaço é, ao mesmo tempo, um produto e um condicionador das relações sociais (...) pretender mudar as relações sociais sem mudar a organização espacial (...) seria, conseqüentemente, um contrassenso. A transformação da sociedade concreta não há de ser apenas uma mudança das relações sociais, mas também uma mudança do espaço social. Terá, portanto, de ser uma mudança sócio-espacial (SOUZA, 2017, p. 336-337).

Voltando ao Panóptico de Foucault, cabe lembrar que o prédio da escola, da fábrica, do quartel, do presídio, do hospício todos são construídos em formatos, onde, de um determinado ponto, é possível um observador manter sob vigilância todo o conjunto disposto ao seu redor. Impera a política do cercamento, da vigia e do medo, onde a prisão ocupa o papel central da penalidade moderna – com penas não mais voltadas para o suplício, mas para a disciplina do corpo e alma do detento. Para Foucault:

(...) as práticas disciplinares próprias da prisão têm um alcance que irá muito além dos muros da instituição, ao constituírem tecnologias de poder que, partindo das práticas prisionais, espalham-se por toda a sociedade, em instituições como fábricas, hospitais, escolas, etc.) (...) as disciplinas são novas técnicas de controle minucioso das operações do corpo, que

realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade (ALVAREZ, 2004).

O que vemos, então, é um novo poder disciplinar. Baseado não mais no suplício e expiação do corpo, mas numa espécie de adestramento dos indivíduos, possibilitada pelo olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame. Vejamos o papel de cada um desses mecanismos:

A vigilância hierárquica induz, através do olhar, efeitos de poder: o indivíduo adestrado deve se sentir permanentemente vigiado. A sanção normalizadora implica toda uma micropenalidade do tempo, da atividade, da maneira de ser, do corpo, da sexualidade visando os comportamentos desviantes. O exame, por fim, indica uma técnica de controle normalizante que permite qualificar, classificar e punir ininterruptamente os indivíduos que são alvos do poder disciplinar (ALVAREZ, 2004).

Mas o advento da contemporaneidade trouxe consigo um outro tipo de sociedade, definida por Deleuze (1992) como sociedade de controle. Isso não significa, em absoluto, o fim da sociedade disciplinar, mas sim que esta passou por uma espécie de expansão e redimensionamento. Agora, as formas de controle são contínuas, porém abertas e se dão, em grande parte, através da virtualidade. Ou seja, enquanto a sociedade disciplinar dependia fortemente da presença física de um sujeito encarregado da vigilância e imposição da norma, a sociedade de controle, pode abrir mão dessa presença. Isso ocorre devido ao advento de uma aparelhagem técnica que antes não existia e também porque os atores sociais passaram a regular suas ações pelas normas disciplinares, mesmo quando não estão sendo vigiados por um agente repressor. Isso nos leva a crer que a generalização e continuidade do modelo disciplinar, conseguiu instituir nas gerações mais novas, nascidas e formadas nesse modelo, pensamentos e ações autovigiadas.

Deleuze (1992) percebe essa mudança de modelo de sociedade ao perceber que o modelo institucional característico das sociedades disciplinares estariam passando por uma crise generalizada. No caso da crise hospitalar, observamos que não é mais preciso manter-se confinando em um hospital para realizar um tratamento, pois existe a possibilidade de atendimento domiciliar. Há ainda uma série de formas assistenciais propagadas, por exemplo, pela internet. Programas inteiros dedicados a saúde, nutrição, qualidade de vida e longevidade que, por vezes, superam a necessidade do encontro físico entre médico e paciente. Além da enxurrada de informações, há também a propagação dos ideais

de corpo e o estímulo a autoavaliação. Ou seja, cada um vigia a si mesmo, mas de acordo com critérios que não são seus.

O mesmo acontece com a crise da escola. Além dos diversos veículos de conhecimentos existentes na contemporaneidade, há também uma disseminação de programas de educação à distância, onde a mediação do conhecimento é feita pelo computador, excluindo assim a necessidade do encontro físico entre professor e aluno. Já no caso das prisões, se antes a principal característica das prisões era o confinamento em determinado local, hoje, há penas alternativas, como o uso de tornozeleiras eletrônicas, o que permite identificar a localização do preso a qualquer momento. Vale salientarmos que:

(...) a crise contemporânea das instituições significa que os espaços fechados que definiam os espaços limitados das instituições deixaram de existir, de maneira que a lógica que funcionava outrora principalmente no interior dos muros institucionais se estende, hoje, a todo o campo social (HARDT, 2000, p. 369).

Dito isso, compreende-se que os espaços fechados não deixaram de existir. O que mudou foi que a lógica de dentro dos muros institucionais, que estendeu-se por todo campo social.

A partir do que apresentamos até agora, acreditamos que é possível extrair algumas conclusões básicas. O espaço, enquanto materialização de uma forma de sociedade, será configurado de acordo com as necessidades e conflitos dessa sociedade. Logo, o amoldamento social se constituiu como necessidade de uma sociedade, onde existem condições tecnológicas para se dar fim às mazelas sociais e ambientais, mas que por questões ideológicas opta-se por não fazê-lo. O amoldamento, dessa forma, cumpre o dever de adestrar massas, cada vez maiores, de sujeitos sociais a aceitarem que sua atual condição social, que poderia mudar radicalmente e a curto prazo, deve permanecer inalterada a médio e longo prazo - passando por mudanças somente em nível individual, nunca coletivo.

Os espaços de amoldamento social são a conclusão lógica desses dois pressupostos. A sociedade capitalista contemporânea não pode evitar construir espaços que adestrem as massas a se adequarem à manutenção de sua ordem interna. E além de não poder evitar isso, o faz de maneira deliberada, sempre buscando aperfeiçoá-lo tecnicamente e torná-lo mais eficiente financeiramente.

As escolas, como ambiente de educação formal, por excelência, são espaços de amoldamento de mentes e corpos. De fato, essa era a sua função

explícita: disciplinar as novas gerações; prepará-las para conviver em sociedade; a seguir as leis e obedecer aos costumes. Então, fica claro que a escola moderna é pensada e construída como uma instituição disciplinar. Mas, como fica essa realidade quando chegamos à contemporaneidade? A escola se torna uma instituição de controle? Permanece disciplinar? Acreditamos que a escola era uma instituição disciplinar e hoje caminha, cada vez mais, para se tornar uma de controle.

Isso porque a escola, no passado, era marcada pela figura de autoridade do professor, que aplicava, inclusive, castigos físicos. Havia ainda a dura vigilância dos inspetores, a separação das turmas por sexo, o fato de muitas escolas serem confessionais etc. Tudo isso nos permite afirmar que a escola era um espaço de amoldamento, sem esperar muitas objeções. Contudo, vieram novas leis, novas ideias pedagógicas, novos costumes sociais e os próprios alunos mudaram. A massificação do ensino público virou essa instituição disciplinar de ponta a cabeça e por bastante tempo pareceu que ela podia vir a ser um espaço democrático e autogerido pela comunidade, onde o aprendizado da ciência e das artes seria seu principal objetivo.

Mesmo com essa mudança na forma de se pensar a escola, o que se viu é que os novos prédios construídos seguiam a velha inspiração ou tradição do Panóptico, como nos reverenciados CIEPs do Rio de Janeiro. A ingerência do governo no currículo e administração escolar substituiu a autoridade das ordens religiosas ou dos empresários da educação. A palmatória foi substituída pela expulsão, suspensão, troca de turma ou turno, pela humilhação. E permaneceu intacta a função principal: adestrar. Bourdieu (2017) reforça a nossa argumentação quando diz:

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (BOURDIEU, 2017, p. 45).

O advento do modelo de instituição de controle não alterou tanto esse quadro, mas tornou mais barata a sua execução em larga escala. Para manter a ordem não é mais preciso construir um prédio novo ou contratar muitos inspetores para compensar a falta de uma arquitetura apropriada. Atualmente, se usam câmeras nos corredores e os alunos são incentivados constantemente a se

tornaram delatores de seus colegas de turma. Hoje, a inspeção do governo nas escolas é feita pelos próprios diretores, que precisam relatar minuciosamente, em sistemas digitais da administração pública, tudo o que se refere à gestão escolar – como as matrículas, números de faltas dos alunos e despesas diversas.

É interessante notar também até que ponto os próprios alunos se tornaram vigias, policiais e juizes de si mesmos. É claro que ao olhar a indisciplina em uma sala de aula pode-se pensar que isso não faz sentido. Contudo, o Mov. Ocupa nos mostra que, em determinadas situações, os alunos não só agem da forma esperada pelo Estado, como inclusive ajudam a perseguir os seus colegas que não fazem o mesmo. Afinal, de que outra forma podemos entender o Movimento Desocupa? Como alunos de uma escola ocupada foram capazes de se aliar aos representantes do Governo? O mesmo Governo que os trata com tanto descaso, para combater seus próprios colegas, que estavam empenhados em conseguir melhorias para toda a rede pública estadual?!

Parece-nos que, nesse caso, temos uma evidência forte a respeito da transformação da escola em um espaço de controle. Recorremos novamente a Bourdieu (2017), que afirma que:

Além de permitir à elite se justificar de ser o que é, a “ideologia do dom”, chave do sistema escolar e do social, contribuiu para encerrar os membros das classes desfavorecidas no destino que a sociedade lhes assiná-la, levando-os a perceberem como inaptidões naturais o que não é senão efeito de uma condição inferior, e persuadindo-os de que eles devem o seu destino social (cada vez mais estreitamente ligado ao seu destino escolar, à medida que a sociedade se racionaliza) – à sua natureza individual e à sua falta de dons. O sucesso excepcional de alguns indivíduos que escapam ao destino coletivo dá uma aparência de legitimidade à seleção escolar, e dá crédito ao mito da escola libertadora junto àqueles próprios indivíduos que ela eliminou, fazendo crer que o sucesso é uma simples questão de trabalho e de dons (BOURDIEU, 2017, p. 65-66).

A evidência, junto da análise do sociólogo francês, esclarece o fenômeno. Os alunos que ocuparam a escola, viam, em suas ações, uma forma de tentar tomar as rédeas da situação e de obrigar o Governo a se submeter aos seus interesses. Os alunos do Mov. Ocupa eram guiados por raciocínios políticos. Já os alunos que foram contra as ocupações e participaram do Desocupa viam as ocupações como um transtorno. Algo que rompe a ordem e a autoridade estabelecida; que os tira do estado de normalidade do cotidiano. Não há nada que indique que os alunos do Desocupa apoiavam o Governo ou o seu descaso com as escolas públicas. Mas, seu raciocínio era individual e não coletivo. Estavam

preocupados em terminar o ano letivo, conseguir seus diplomas, estudar para o ENEM e o vestibular. Toda aquela movimentação política de reivindicação e conflitos era-lhes incômoda, não fazia sentido. Eles não precisavam que a Polícia Militar os convencessem de que se manifestar é perigoso por conta do gás lacrimogênio. Eles já estavam convencidos de que isso era errado ou que não ia dar em nada. As normas já ecoavam em seus cérebros, não sendo mais necessário impô-las pelo medo ou pela repetição exaustiva.

Por outro lado, acreditamos que as ocupações, com seus modelos autogestionados, são vislumbres de uma forma de disciplina que busca deixar, ainda de forma envergonhada, suas marcas no espaço escolar. A autogestão não mudou a arquitetura das escolas, mas mudou a função dos cômodos, desligou as câmeras, transformou pátios em salas de aula, destrancou bibliotecas e segredos administrativos.

Se o amoldamento social se refere a um processo objetivo, ele produzirá configurações espaciais próprias e a existência desses espaços se tornam evidências do próprio amoldamento social. Contudo, se toda essa estrutura lógica estiver bem encadeada, isso significa que a resistência ao amoldamento também produzirá espaços próprios, mesmo que de forma marginal e efêmera. Por um lado, a experiência de autogestão nas ocupações nos mostra possibilidades futuras que poderão ou não se concretizar e o que talvez vá determinar essa concretização é a sua capacidade de deixar marcas no espaço. “A autonomia será no espaço, através do espaço e por meio do espaço – ou não será” (SOUZA, 2017, p. 343).

3.5

Subvertendo o cotidiano programado no Movimento Ocupa.

Antes de adentrarmos em uma escola ocupada, achamos necessário fazer um destaque sobre subversões cotidianas no âmbito escolar. Os alunos resistem (e criam resistências) cotidianamente dentro da escola. Apatia e indisciplina... O que seriam senão formas de protestar, de demonstrar insatisfação?! O olhar cuidadoso percebe pequenas rebeldias em cada metro quadrado da escola. Uniformes customizados, amarrados, o uso de diversos acessórios para demonstrar a individualidade de cada um; Para pôr em evidência que ali há muito mais do que uma massa amorfa e homogênea de alunos. As carteiras são desenhadas ou riscadas, bem como paredes ou portas dos sanitários. Pequenos

lembretes de que é possível quebrar as regras, transgredir e deixar marcas que demonstrem singularidade e subversão.

A autoridade dos professores é posta à prova a todo momento. Quem vai ganhar a atenção da turma hoje, o professor ou o piadista da sala? Pequenas e diárias disputas de poder... O professor tenta manter os alunos sentados, mas eles são inquietos. Mudam de lugar, se levantam para ir até a mesa do colega, para esticar as pernas ou sem motivo aparente algum. “Vai sentar” - diz o professor de pé explicando a matéria em frente ao quadro. Disputas pelo espaço. Virem as carteiras para frente, tirem os fones do ouvido, guardem o celular, fiquem quietos... Frases e mais frases no imperativo. Negociações frustradas por parte dos professores e dos alunos.

As insubordinações e transgressões ocorrem cotidianamente, mas sempre de forma isolada. Subversões individuais ou de pequenos grupos de amigos. Daí o Mov. Ocupa saltar aos olhos como uma forma mais radical de subversão - a desordem foi feita de forma coletiva e organizada; Com método próprio e pautas de luta. A individualidade tão prezada por eles fora posta em segundo plano. Pois, naquele momento, eles próprios se enxergavam, mais fortes, enquanto coletividade. Fazemos essa ressalva pois, não queremos dizer que não há resistência por parte do alunado. Há sim uma resistência cotidiana e resistir é uma forma de luta, ainda que defensiva, não organizada e, às vezes, até inconsciente.

Ao longo deste capítulo, chamamos atenção para o amoldamento social - como um fenômeno latente da contemporaneidade. Assim como o espaço, também nós somos produtos da sociedade a que pertencemos. Somos produtores de espaço, ao mesmo tempo que somos produtos dele. Nele e por ele somos produzidos, moldados, submetidos a diversos tipos de procedimentos, diretos ou indiretos, que nos educam, ou ainda, adestram – o que nos remete, novamente, a máxima de Paracelso (1951, p.181), “a aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender”. Isso nos lembra que existem os espaços formais de aprendizagem, como é o caso da escola, onde há um tipo de saber que foi selecionado, dosado e sequenciado. Há também os espaços não formais de educação, ou seja, aqueles que englobam atividades educativas organizadas fora do âmbito escolar, como é o caso dos museus. E há por fim, a nossa própria vida, ou seja, o conjunto de valores e experiências acumuladas por nós mesmos.

Costumo brincar dizendo que existe uma mãe que mora dentro da minha cabeça. Isso significa que internalizei uma série de exigências e padrões comportamentais que me foram ensinados e que me eram cobrados por minha

mãe durante minha infância e adolescência. Hoje, mesmo não estando sob sua vigilância, me pego corrigindo a postura, cruzando pernas, pois a mãe que mora na minha cabeça adverte-me: “Senta direito e fecha as pernas”. Somos educados/adestrados na escola, no seio da família, na igreja, na vida em comunidade, seja no transporte público, na fila do banco, ou no trabalho – E isso pode se dar por meio de imperativos, sinais de aprovação com a cabeça ou até olhares enviesados. O que estamos tentando fazer, nesse momento, é ressaltar o quanto pode ser difícil conseguirmos nos livrar da tal “mãe” que mora na nossa cabeça, sempre ditando regras e vigiando nossas ações. Daí a importância do Mov. Ocupa que acabou mudando o ritmo do cotidiano escolar, reorganizando o espaço e o seu uso.

Para debatermos a questão que nomeia esse subtítulo, a subversão do cotidiano programado no Mov. Ocupa, acreditamos que seja necessário não só acertarmos na escolha dos termos, mas também explicar o porquê dessa escolha. O amoldamento social engloba diversos processos e artifícios alienantes, tendo cada um deles um peso e um nível diferente de dificuldade para sua superação. Para Mészáros (2016), por exemplo, a alienação não pode ser superada, sem que ocorra a derrocada do capitalismo. Portanto, no modelo de sociedade em que vivemos, podemos tomar consciência da nossa alienação, indo contra os mecanismos que procuram aprofundá-la, mas jamais, na visão do autor, superá-la. Por isso, ao invés de falarmos em quebra do cotidiano programado, como fizemos até determinado momento da pesquisa¹¹, optamos por utilizar termos que demonstrem não a superação, ou seja, algo definitivo, mas sim a suspensão, ou seja, algo provisório. Acreditamos que falar na suspensão, na subversão ou até mesmo nas rupturas de ritmos, como faz Moreaux (2013), é mais rigoroso em termos de análise do real.

Analisar o real também era uma preocupação dos integrantes do Ocupa Cairu. No dia 29 de maio de 2016, os estudantes compartilharam através de sua página de divulgação do Facebook a seguinte frase do pedagogo Paulo Freire: “Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica”. A postagem dos alunos nos chamou atenção, pois, de fato, a escola tem um papel bastante complexo em nossa sociedade, cheio de contradições e antagonismos. O Mov. Ocupa, por sua

¹¹ Até o exame de qualificação da tese.

vez, parecia não só tomar consciência de muitas dessas contradições, mas também colocavam-nas ainda mais em evidência. Segundo Vesentini (2008):

O papel do sistema escolar como instrumento de dominação é algo já bem estudado e demonstrado. Não é necessário ser adepto do chamado reprodutivismo (isto é, a interpretação que vê na escola tão somente uma reprodução das relações de poder de uma sociedade) para se admitir que o sistema escolar moderno surgiu na passagem do século XVIII para o século XIX. Inicialmente em algumas sociedades europeias e depois se espalhando para quase todo o mundo juntamente com a organização político-espacial denominada Estado-nação, com íntimas ligações com os interesses capitalistas de ressocializar massas, adaptar as pessoas a um mercado de trabalho (re)construção, inculcar uma ideologia nacionalista necessária àquele momento histórico de industrialização original e intensa competição por mercados etc. (VESENTINI, 2008, p. 15).

Não temos nenhuma intenção de limitar a escola somente a um espaço de alienação – da reprodução da lógica do capital, do tédio e da infelicidade. Pelo contrário, acreditamos que ela seja fundamental “(...) para aprimorar ou expandir a cidadania, para desenvolver o raciocínio, a criatividade e o pensamento crítico das pessoas, sem os quais não se constrói qualquer projeto de libertação, individual ou coletivo”. (VESENTINI, 2008, p. 16). O que estamos tentando frisar, a todo momento, é que a instituição escolar é um espaço em disputa, onde o Estado e as grandes empresas possuem uma vantagem sobre os demais. Embora a escola, querendo ou não, ajude na emancipação do indivíduo, é inegável o fato de que ela pende muito mais para o lado da dominação do que da libertação individual e coletiva.

A escola foi, e continua sendo, um dos maiores, senão o maior, instrumento de legitimação da desigualdade social. O meritocratismos prega a ideia de que ascende socialmente aquele que estuda mais, se dedica mais, pois consegue os melhores empregos, com os mais altos salários. Essa ligação entre o sucesso escolar e o financeiro é bem aceita pelo senso comum. A escola reforça esse discurso e reproduz o egoísmo, o individualismo, a competitividade e vários outros elementos característicos da lógica de mercado. Ou seja, a organização do fazer escolar reproduz; é espelho de um sistema social injusto. Sua manutenção, nesse sentido, é fundamental para a manutenção da ordem atual. Por isso, resgatamos, novamente, Vesentini (2008) que segue afirmando que:

O sistema escolar moderno não surgiu por acaso e muitos menos foi pensado e iniciado a partir de baixo dos interesses dos dominados ou dos excluídos. Ele foi construído por cima,

pelo Estado, instrumentalizado pela burguesia que se tornava a classe hegemônica, seja na forma clássica do empresariado, seja na forma das burocracias de Estados centralizadores. O sistema escolar, portanto, foi e ainda é funcional e até estratégico para a reprodução da sociedade capitalista ou moderna (VESENTINI, 2008, p. 15).

Vamos então pensar de que modo as diversas formas de amoldamento social se instauram na escola para, posteriormente, sinalizar como esses mecanismos foram postos em xeque durante a ocupação. A escola é uma instituição disciplinar, como apontava Foucault (2009), ou ainda de controle, como sinaliza Deleuze (1992). Isso significa que, além de fornecer uma gama de conhecimentos ligados ao intelecto e o cognitivo, também dá conta de educar o corpo, impondo assim determinados padrões de comportamento. Então, além dos conteúdos de Geografia, Matemática ou Biologia, somos ensinados – adestrados – habituados a limitar e cercear nosso corpo e comportamento. Podemos destacar alguns desses procedimentos a que somos submetidos na vida escolar que não só nos preparam para o mercado de trabalho, mas que também nos adaptam a vida em sociedade.

1 – Limitar o movimento do corpo. Ou seja, permanecer por horas numa mesma posição, fazendo um mesmo tipo de atividade. Nesse caso, sentados. Sentados em silêncio, voltados para a frente, em carteiras devidamente alinhadas (ou não, visto o estado de superlotação de muitas salas de aula). O corpo é disciplinado desde cedo e, quando é chegada a hora de adentrar no mercado de trabalho, está minimamente preparado para a disciplina necessária;

2 – Obedecer a horários. Há o horário de entrada, saída, intervalo e sanções cabíveis para casos de não cumprimento dos mesmos. Até as idas ao banheiro são controladas. Em muitas escolas, a coordenação orienta os professores a não permitirem idas ao banheiro fora do horário do intervalo – o que é bastante semelhante ao que acontece nas empresas de telemarketing, por exemplo, onde os funcionários têm o número de idas ao banheiro controladas;

3 – Aprender e obedecer hierarquias. A escola é, geralmente, o primeiro local, fora do seio da família, que a criança irá aprender a obedecer àqueles que estão hierarquicamente acima na escala de poder: Direção – Coordenação – Corpo docente – Inspectores e demais funcionários – Alunos. É claro que antes da direção, há as METROS, a SEEDUC, o Governo etc. Mas esses níveis hierárquicos não ficam visíveis para os alunos no cotidiano escolar;

4 – Aprender a conviver e trabalhar em equipe. Além de respeitar hierarquias, os alunos aprendem a conviver/tolerar com o diferente, respeitando

suas particularidades e também a trabalhar em equipe, seja através dos trabalhos em grupo, dos projetos pedagógicos ou até mesmo no grêmio estudantil;

5 – Ser avaliado frequentemente. Na escola, o aluno que não atinge determinada nota/média pode repetir de ano. No trabalho, o empregado que não atinge o que lhe é pedido, pode ser demitido. Mas esse controle não se dá só pela negativa (cobrança, pressão, medo). Assim como muitas escolas oferecem premiações, como medalhas e menções honrosas aos melhores alunos, no mercado de trabalho, as empresas costumam oferecer benefícios extras como folga ou bonificação em dinheiro aos funcionários que se destacam - o que em ambos os casos, estimula a competitividade.

6 - Obedecer a regras preestabelecidas. Ao chegar na escola, o aluno se depara com uma série de normas que devem ser seguidas. Normas essas já preestabelecidas. Ou seja, não há uma construção coletiva de regras e preceitos a serem seguidos. Os estudantes apenas têm de tomar para si um conjunto de valores externos – aquilo que Castoriadis denomina heteronomia. E assim nos acostumamos a nos adaptar, a agir, como diz o provérbio popular: “*Em Roma, como os romanos*”.

Quando afirmamos que a escola nos molda para viver em sociedade, devemos caracterizar e compreender o tipo de sociedade a que a escola pertence. No caso da escola da sociedade capitalista, os indivíduos serão preparados para viver seguindo as engrenagens desse sistema. Nenhuma peça pode ficar fora do lugar.

(...) a criança corresponde ao regime escolar dado e nós dizemos então que lidamos com crianças “normais” (...) o regime escolar, quando os parâmetros escolares não convêm a determinada criança, nós a classificamos frequentemente na categoria de “anormais” (PISTRAK, 2011, p. 158).

Como sinaliza Pistrak (2011), há um modelo a ser seguido e aqueles que, por algum motivo, não conseguem se encaixar são tratados como menos capazes, rebeldes, alunos-problema. Não seria, então, a hora de pensarmos em um novo jeito de fazer escola? Afinal, o que temos hoje são alunos do século XXI, dentro de uma escola essencialmente conservadora, do século XIX. Acreditamos que, nesse sentido, o Mov. Ocupa possa nos dar algumas pistas, apontando assim novos caminhos para essa ressignificação de conteúdos, de objetivos, de métodos e até de organização espacial. Por isso, convidamos o leitor a adentrar o espaço de uma escola ocupada, o Colégio Estadual Visconde de Cairu (ver figura 29).

Figura 29 – Cairu Ocupado.



Fonte: Ocupa Cairu.

O C.E. Visconde de Cairu, que fica localizado no Méier, Zona Norte do Rio de Janeiro, comemorou seu centenário no ano de 2018. O prédio da escola possui 6 andares e abriga aproximadamente 1.600 alunos do Ensino Médio. Em comemoração ao centenário da escola, o Jornal Extra¹² lançou uma matéria cuja manchete já sinalizava o estado em que se encontra a unidade: *“Colégio Visconde de Cairu chega aos 100 anos com pouco a comemorar”*. Segundo a reportagem, a escola “já foi uma das mais tradicionais do Rio e referência no ensino público”. No entanto, sofre com diversos problemas, que vão desde a falta de funcionários, até problemas de infraestrutura. A matéria revela ainda que:

A unidade também é conhecida por ser combativa. Em 2005, lutou contra o governo do estado que queria impor um interventor e, depois de muitas manifestações, conseguiu escolher um diretor por eleição direta. Em 2016 a escola foi uma das primeiras a serem ocupadas por alunos para denunciar os descasos com a educação pública (Jornal Extra).

¹²<https://extra.globo.com/noticias/rio/colégio-visconde-de-cairu-chega-aos-100-anos-com-pouco-comemorar-23062708.html>

De fato, a escola tem todo um histórico de luta estudantil, tanto que antes da ocupação, os estudantes já haviam feito vários atos de rua, pedindo melhorias para a escola, como a reforma de várias partes do prédio.

Os alunos do Cairu começaram a estudar táticas de ocupação 3 semanas antes de ocuparem – o que demonstra não só a existência de uma vanguarda naquela unidade escolar, mas também o nível de protagonismo e organização estudantil. Reivindicar, subverter, contestar, lutar, não era algo novo para o alunado, a tática sim: ocupação.

Figura 30 – Meu colégio, minhas regras.



Fonte: Ocupa Cairu

O cartaz contendo a frase “meu colégio, minhas regras”, não poderia ter sido colocado em lugar mais oportuno ou simbólico: na porta da sala da direção (ver figura 30). Afinal, o diretor representa o topo da hierarquia; A maior figura de autoridade escolar. Como educar e educar-se em autonomia é definir suas próprias regras, todas as decisões relativas a ocupação eram pensadas, debatidas e votadas pelos estudantes, através das assembleias (ver figura 31).

Figura 31: Assembleia no Ocupa Cairu



Fonte: Ocupa Cairu

O currículo do Mov. Ocupa era algo aberto e construído coletivamente e a diversidade de atividades nos chamou muita atenção. Além das aulas convencionais, por vezes em novos formatos, houve uma riqueza enorme de atividades pedagógicas extracurriculares. Atividades ligadas à cultura, temas polêmicos e atualidades. Os alunos são sim curiosos, talvez não sobre quem inventou a fórmula de Bhaskara ou o que sejam as fossas oceânicas. Mas se mostram curiosos quando o assunto é política, racismo, feminismo, homofobia, religião, violência policial e outras coisas mais que estão materialmente presentes e tão visíveis em seus cotidianos. Para Pistrak (2011):

(...) a escola deve não somente formar, mas suscitar os interesses das crianças, organizá-los, ampliá-los, formulá-los e fazer deles interesses sociais. Poderíamos mesmo formular o raciocínio da seguinte forma: a escola deve transformar os interesses individuais, as emoções das crianças, em fatos sociais, cimentando com base nisso o coletivo infantil (PISTRAK, 2011, p. 46).

“Suscitar os interesses das crianças”, diz Pistrak (2011). Ou seja, acender, gerar, provocar, levantar os interesses dos alunos é fundamental, mas o cotidiano escolar, com toda sua rigidez, linearidade e repetição, dá pouco espaço para os alunos trazerem suas inquietações, seus desejos, suas dúvidas. Comumente, professores fazem falas do tipo “E o que isso tem a ver com a aula?”; “Isso não é assunto pra aula, vamos voltar à Geografia!”. E ainda há quem tenha dúvidas

sobre o porquê de tamanha aridez em certas salas de aula. Dias (2013) já nos advertia:

A aula não pode ser vista pelo aluno como a interrupção da vida. Ao contrário, deve ser vista como mais uma parte nesse processo de aprender o viver consigo mesmo e com a sociedade. (...) A vida não pode ser um hiato da sala de aula. Não podemos parar a aula para falar da vida e muito menos parar a vida para iniciar a aula (DIAS, 2013, p. 117).

Interrupção da vida, porque, em sala de aula, os assuntos parecem falar de realidades tão distantes, tão diferentes e pouco importantes para a vida do alunado. O adolescente que mora na área periférica da Zona Norte do Rio de Janeiro, que acorda no meio da madrugada com barulho de tiros e é revistado pela polícia no caminho do colégio; que vive em uma casa de 35m² com a mãe e os 3 irmãos. Bom, me parece que ele não esteja tão preocupado ou interessado com o desmatamento da Floresta Amazônica, os conflitos na Irlanda, o separatismo na Espanha ou a dissolução da Iugoslávia. Por isso nossa euforia com as atividades realizadas nas escolas ocupadas.

Figura 32 – Convite para aula-baile.



Fonte: Ocupa Cairu.

A oportunidade de poder pensar sobre o que se quer aprender e a troca de experiências, obtida através da abertura dos portões para receber uma gama diversa de atividades cujo conteúdo ia além daqueles contidos no currículo mínimo, trouxe uma riqueza imensa para a formação daqueles alunos. A aula-baile sobre a história do funk, realizada no dia 28 de abril de 2016, é um ótimo

exemplo de atividade que reúne diversos fatores¹³ que são de agrado do alunado (ver figura 32).

Quantas vezes, durante uma aula de História, não houve alunos com fones de ouvido, escutando tal gênero musical? Então porque não uma aula sobre a história do funk? Um debate sobre a dualidade entre o empoderamento e a objetificação do corpo feminino por meio das letras dos funks que estão na parada de sucesso? Muitas vezes, perdemos a oportunidade de usar aquilo que é de interesse do aluno como ponto de partida para o debate, podendo, com isso, desmistificar uma série de preconceitos, credices, superstições e “achismos”.

Acreditamos que a ocupação trouxe “a vida” pra dentro da escola. Aquela que Dias (2013) alertava como sendo fundamental para despertar o interesse e alcançar aprendizagens significativas. O Ocupa Cairu era um espaço em festa. Um campo de batalha sim, mas cheio de bem querer e prazer. Cheio de vontade de lutar, de conquistar, de fazer mais e melhor. Dentre as atividades que aconteceram no Cairu ocupado, podemos fazer uma divisão de 4 tipos:

1- Atividades com conteúdo do currículo mínimo;

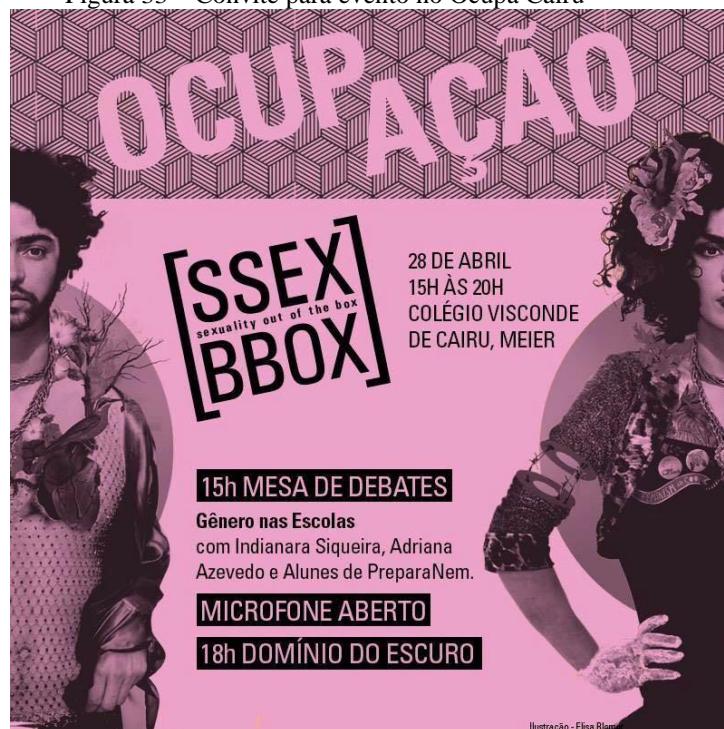
As atividades com conteúdo do currículo mínimo seguiam, basicamente, o modelo de aula. Mas eram realizadas no auditório, geralmente, com auxílio de projetor. Teve “aulão de História”, “aulão de Física”, “aulão de Geografia” e várias outras disciplinas. Os professores que ministravam as aulas eram da casa ou visitantes - Como, por exemplo, o aulão de redação para o vestibular, que aconteceu no dia 3 de junho, ministrado por um professor do Colégio Pedro II.

2- Atividades com conteúdo extracurricular;

No quesito atividades extracurriculares, podemos citar: aula de música, oficina de cartazes, oficina de estêncil, oficina de hip hop, debates sobre cotas em universidades, oficina de teatro, aulão sobre o fascismo, oficina de fotografia, oficina de turbante e hidratação caseira, oficina de capoeira, aula debate sobre inclusão social e libras e rodas de conversa sobre temas variados. No dia 28 de abril, por exemplo, teve debate sobre gênero e sexualidade, seguido do espetáculo teatral “Domínio do escuro”, da diretora Juliana Pamplona e que tem como base memórias de idosos homossexuais (ver figura 33).

¹³ Tem aprendizagem e construção de conhecimento de um tema que é do interesse deles e em um formato fora do convencional: sala de aula com carteiras enfileiradas. A aula tem música, tem dança... Ou seja, é uma aula preparada para que os alunos participem e não, apenas, assistam.

Figura 33 – Convite para evento no Ocupa Cairu



Fonte: Ocupa Cairu

Esse tema – gênero e sexualidade – que ainda é tratado como tabu por muitas escolas, famílias e igrejas, estava sendo debatido na ocupação. Ou seja, é um tema que interessa aos alunos, mas que lhes é negado na maioria das vezes.

3- Atividades de socialização e lazer;

A própria ocupação em si já é uma atividade de socialização. Afinal, um número significativo de estudantes passaram a conviver bem mais do que 5 horas por dia. Mas além do estar junto fisicamente, compartilhando o mesmo espaço, haviam atividades específicas para que eles pudessem se conhecer e se divertir. Entre elas, destacamos as confraternizações, as rodas de leitura ao ar livre, o campeonato de futsal, o sarau e o viradão cultural (ver figuras 34 e 35) – que também foi uma forma de propaganda da Ocupação.

Essa socialização não se dava apenas entre os integrantes da ocupação, mas também entre eles e pais de alunos, e vizinhos da escola e diversos visitantes. O Cairu recebeu a visita de ex-alunos, de alunos de outras escolas, de familiares de alunos, de integrantes de movimentos sociais, de grupos de teatro e artistas de rua. No viradão Cultural, realizado no dia 26 de maio, a escola ocupada recebeu vários artistas, dentre eles: Tico Santa Cruz, Clarice Falcão, Teresa Cristina, o Bloco Maracutaia e a Orquestra Voadora.

“Eu amei que os artistas vieram aqui. Foi um tiro!”, brinca Eloiza Bernardino, 17 anos, que faz o 2º ano no Cairu. Eloiza é uma

das integrantes mais comunicativas da ocupação, e se emociona ao relatar a rotina dos estudantes, responsáveis por organizar o dia-a-dia na escola (...). “Tá uma maravilha, tá melhor do que antes. Eu não sei se a gente vai querer desocupar (risos). Tem exibição de documentários, debates, shows de talentos, os artistas vindo... A gente tá aprendendo pra caralho, ninguém tá vindo por presença, por nota. A galera tá vindo pelo conteúdo. Tá muito lindo”, avalia Eloiza (Ocupa Cairu).

Figura 34 – Viradão Cultural no Ocupa Cairu



Fonte:esquerdadiario.org

Figura 35 –Clarice Falcão e a aluna Eloíza no viradão cultural.



Fonte: tenhamaisdiscosqueamigos.com

4- Atividades de organização.

Elencamos como atividades de organização, as reuniões e assembleias, onde as decisões eram debatidas e votadas; as comissões e as atividades realizadas pelos integrantes de cada uma delas (alimentação, comunicação,

segurança, limpeza, esporte e sala de leitura) os mutirões de limpeza, de reforma e arrumação do espaço escolar (ver figura 36).

Figura 36 – Limpeza do Ocupa Cairu



Fonte: Ocupa Cairu

É importante evidenciarmos a diversidade de atividades que ocorriam em um único dia, bem como duração de cada uma das atividades – média de 2 horas de duração. Na escola regular, cada tempo de aula tem 50 minutos de duração. Os alunos costumam ter de 2 a 4 tempos de uma disciplina num dia. Por exemplo, 2 tempos de Filosofia (1h40min.) e 4 tempos de Matemática (3h20min.), o que totaliza, em teoria, um total de 5 horas dentro de uma sala de aula, sentados, enfileirados, olhando para frente, concentrados no professor.

É massante, cansativo. O corpo tem seus movimentos limitados e cada aluno procura suas próprias válvulas de escape para o excesso de energia acumulada em seu corpo: Balançar as pernas, morder a tampa da caneta, desenhar na carteira, mexer no celular, conversar com o colega ao lado. Dependendo do nível de tédio e de submissão do aluno em relação as regras locais, essas pequenas válvulas de escape tomam proporções maiores e alunos, em meio a aula, cantam e dançam, jogam Uno, fazem a unha, leem revista, jogam no celular etc.

Se tomarmos como exemplo o calendário de atividades do Ocupa Cairu no dia 18 de abril (ver figura 37), veremos a variedade de atividades ao longo do dia: Aula de redação, palestra sobre cotas, aula de Geografia, Roda de violão, aula de História e, é claro, as refeições entre as atividades.

Figura 37 – Agenda do dia.

Segunda(18/04)	
Horário	Atividade
7h as 8h	Café da manhã
7:30 as 9h	Aulão de Redação ENEM e Reunião das comissões
9h as 11:30	Palestra: Cotas (auditório)
11:30 as 13h	Almoço
13h as 15h	Aulão: Geografia (Dinâmica Ambiental)
15h as 17h	Roda de Violão
18h as 20h	Aulão: História
20h	Janta
22h	Fechamento dos portões

Fonte: Ocupa Cairu.

Ocupar é um ato de transgressão coletiva da ordem. De tomar para si a construção de algo que já vinha pronto. Diferente de outros tipos de ocupação, como a de um prédio que estava sem uso e é ocupado para moradia popular, na ocupação de uma escola, inverte-se de ponta a cabeça a hierarquia de poder. Reconhecemos na ocupação a subversão de várias formas de amoldamento social:

Alienação: Acreditamos que os estudantes do Ocupa Cairu puderam tomar consciência da alienação, processo a qual todos nós estamos submetidos. Postar, por exemplo, a citação de Freire na página do Facebook, demonstra que, ao ocupar, os alunos fizeram mais do que tomar um espaço. Eles também tomaram consciência da finalidade daquele espaço e procuraram construir uma alternativa a finalidade institucionalizada. Ou seja, dar um novo uso, resignificar a escola, seus espaços e sua relação com a mesma. No teatro/auditório da escola, os alunos penduraram uma faixa com a seguinte mensagem: “O pensamento gera a revolução”.

Pseudoconcreticidade: Acreditamos que ocupar auxiliou os alunos a enxergarem parte da realidade tal como ela é. Os alunos fizeram o détour, apontado por Kosik (1969) e assim puderam analisar o espaço escolar e as relações circundantes. Naquele momento, começavam a compreender as coisas pelo que são e não pelo que aparentam ser. Premissas como “O governo democrático, o estado de direito, representa e serve ao povo, assim como as forças policiais protegem o povo”, puderam ser analisadas de forma crítica. Os alunos puderam fazer uma experiência prática dessas concepções ao tomarem a escola para si e fazerem manifestações de rua. O governo eleito com voto popular fez o que pode para impedir que os alunos tomassem o controle de sua própria

escola, assim como os policiais usaram as ferramentas disponíveis para impedir que estudantes, preocupados com seu futuro, atrapalhassem o trânsito.

Heteronomia: Construir seu currículo; delimitar não só as atividades, mas também as regras a que eles próprios estariam submetidos para a boa convivência entre todos os ocupantes e o cuidado com a escola. O simples ato de ocupar é por si só um ato de autonomia, quando ocuparam foram obrigados, querendo ou não, a abandonar as práticas e pensamentos servis. Se viram numa situação onde eles e apenas eles podiam decidir o seu destino próximo.

Cotidiano Programado: Fora subvertido. A ocupação trazia um novo ritmo para a escola. Resgate da festa, da socialização e da solidariedade. Abertura dos portões para a comunidade escolar. Troca de aprendizagens entre escola e sociedade. O currículo antigo, hoje até mesmo classificado pelo governo federal de engessado, foi substituído não por algo mais enxuto e simples. Junto das aulas expositivas e conteudistas, surgiram atividades culturais, esportivas e políticas, não só para os alunos, mas abertas para a comunidade. Muito mais que uma mera Reforma do Ensino Médio imposta pelo MEC, no Mov. Ocupa, em cada escola, os estudantes protagonizaram uma Reestruturação do Ensino Médio de acordo com seus interesses e necessidades locais.

Figura 38 – manifestações unificada das escolas ocupadas da Zona Norte.



Fonte: Ocupa Cairu

Sonambulismo espacial: Os alunos não só grafavam e davam novas funções e sentidos aos espaços, como procuravam aprender formas para fazer isso de

forma eficiente. Administrar o espaço escolar, planejar as manifestações e inclusive a ocupação da Seeduc. Essas ações demandam raciocínios geográficos que não são simples. E, ao contrário do que o governo estadual esperava, esses alunos foram capazes de ficar semanas em suas escolas, se mantendo com doações e, ainda assim, organizar demonstrações públicas para desafiar a autoridade estatal – pois mesmo com as escolas ocupadas, as manifestações de rua continuaram (ver figura 38).